

10/01/2020

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[De volta ao futuro](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MEC mantém proposta para Fundeb](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Aprender com o que já fazemos certo](#)

[TIROTEIO](#)

[Currículo](#)

[Weintraub quer começar do zero trâmite do Fundeb no Congresso com proposta do governo](#)

[Governo de SP destina R\\$ 1 bi para reforma e manutenção de escolas](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Mais pessimismo na educação](#)

[Ricardo Galvão no MEC!](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Weintraub quer debate do zero sobre Fundeb](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP

[Presidente da Capes aponta mudança em modelo de avaliação dos projetos](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Agenda](#)

A GAZETA - MT

[Conteúdos não mudarão, diz MEC](#)

A TARDE - BA

[Equação da Saúde no Brasil](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Instituições públicas da Bahia oferecem mais de 15 mil vagas no Sisu 2020.1](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Ministro diz que educação no RS é uma tragédia](#)

[Manifesto Público contra ingresso aos 5 anos](#)

[AGENDA DO ENSINO](#)

[Leite alerta para perda de salários](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Repasses para o ensino básico](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Nova polêmica de Weintraub](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Weintraub quer começar do zero trâmite do Fundeb no Congresso](#)

GAZETA DE ALAGOAS - AL

[MEC VAI PROPOR NOVAS REGRAS PARA O FUNDEB](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Mais 1.667 vagas para o Sisu](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Ministério da Educação vai propor mudanças para regras do Fundeb](#)

O LIBERAL - PA

[Procon vai monitorar as vendas de material escolar nas lojas](#)

O POPULAR - GO

[Ricardo Galvão no MEC!](#)

Agências de notícias e sites

A TARDE ON LINE

[Presidente da Capes aponta mudança em modelo de avaliação dos projetos](#)

DCM

[“O governo brasileiro nos torna alvo de ataques internacionais”, avalia especialista](#)

FATO NEWS

[Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores](#)

FOLHA REGIONAL

[Pós-graduação: diferencial competitivo para o mercado de trabalho ganha cada vez mais adeptos no Brasil](#)

POLIARQUIA

[“O governo brasileiro nos torna alvo de ataques internacionais”, avalia especialista](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Capes oferta mais de 60 mil bolsas para formação de professores da educação básica](#)

AGÊNCIA VALOR

[Relatora da PEC do Fundeb critica ministro da Educação](#)

G1

[Pré-matrícula on-line na rede de ensino de Belém é prorrogada até domingo, 12](#)

[Procon aponta queda no preço em 19 dos 31 itens mais procurados da lista de material escolar](#)

[Matrículas na rede municipal para novos alunos com deficiência começam nesta sexta \(10\), em Manaus](#)

PORTAL VEJA

[A desigualdade digital invertida](#)

[Os tuítes mais ‘imprecionantes’ de Weintraub](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Weintraub consolida-se como ministro constrangedor](#)

Agências de notícias e sites

GR NEWS

[Presidente da Capes destaca mudança em modelo de avaliação dos projetos](#)

JORNAL OPÇÃO

[Ministro da Educação escreve “imprecionante” em resposta no Twitter](#)

O ESTADO ONLINE

[Novo programa incentiva pesquisa na área de segurança pública](#)

PARNAÍBA EM NOTA

[Matrículas do PROFHISTÓRIA serão realizadas nos dias 21 e 22 de janeiro em Parnaíba](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC endossa suavização de livros comentada por Bolsonaro, mas não especifica mudanças](#)

G1

[Weintraub defende ‘começar do zero’ discussão sobre Fundeb no Congresso](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC vai enviar ao Congresso proposta com novas regras para o Fundeb](#)

Agências de notícias e sites

A TRIBUNA - MT

[Educação : Capes aponta mudança em modelo de avaliação dos projetos](#)

DOURADOS AGORA

[Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores](#)

INFONET

[Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores](#)

JORNAL OPÇÃO

[Ministro da Educação escreve “imprecionante” em resposta no Twitter](#)

MEIA HORA

[Ministro da Educação escorrega na ortografia, escreve imprecionante e apaga post](#)

NOVA NOTÍCIAS

[Ministérios vão investir R\\$ 10 milhões em pesquisas de enfrentamento de crimes](#)

O DIA - RJ

[Ministro da Educação apaga publicação com erro de português Mais imprecionante](#)

O PROGRESSO - MA

[MEC e Ministério da Justiça estimulam pesquisas científicas para enfrentamento de crimes](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

De volta ao futuro

A nova versão do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se, publicada no início de janeiro pela Casa Civil como projeto de lei e posto em consulta pública, é um grande avanço em relação à versão anterior, de julho, divulgada pelo Ministério da Educação. Essencialmente, o projeto prevê a criação de um fundo patrimonial para apoiar atividades de inovação, empreendedorismo e internacionalização das universidades e dos institutos federais, permite que as universidades criem e administrem os próprios fundos e introduz vários mecanismos modernos para a execução de projetos, pela criação ou associação das universidades com fundações de apoio e organizações sociais, contratos de gestão por resultados entre as universidades e a União e a criação de um comitê gestor do programa formado por representantes das universidades e dos Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Economia. Nesta versão fica claro que a autonomia das universidades permanece preservada e que os recursos do programa são adicionais, não substituem os recursos orçamentários regulares.

O ano de 2019 foi especialmente ruim para a educação brasileira, com o Ministério da Educação se perdendo em disputas ideológicas, que só servem para desviar a atenção, deixando de lado questões centrais como a implementação da reforma do ensino médio e da educação profissional, a reformulação do Enem, a renovação do Fundeb, a revisão do sistema de avaliação da educação superior, a política de formação de professores, o combate ao analfabetismo funcional e tantas outras. Em contraste, o projeto do Future-se mostra que uma equipe tecnicamente competente, ouvindo e dialogando com diferentes setores de dentro e fora da comunidade universitária, tem condições de avançar, da mesma forma que outras equipes vêm avançando nas áreas da economia e da infraestrutura.

Isso não significa que o projeto Future-se seja perfeito, e o processo de discussão pública que agora se renova serve não somente para que ele se aperfeiçoe, mas também para que seja mais bem entendido e ganhe legitimidade nas diversas áreas – universitária, científica e tecnológica, empresarial e governamental – em que deve atuar. Existem questões que precisam ser aprofundadas, como o relacionamento do programa com a **Capes** e um certo fetiche, que me parece ingênuo, com a internacionalização, a qual não deveria ser um fim em si mesmo, mas o resultado natural de uma ciência e tecnologia de padrão efetivamente internacional. Outras questões hão de surgir da

leitura atenta da proposta.

Sem tirar o mérito do projeto, é importante lembrar sempre que a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo são somente uma parte pequena do sistema federal da educação superior, que, por sua vez, é também uma parte pequena da educação superior brasileira. Dados recentes sobre publicações científicas elaborados pela Universidade de Leiden, na Holanda, mostram que 42% da produção científica brasileira de qualidade internacional provém das três universidades estaduais paulistas – USP, Unicamp e Unesp – e metade da produção das federais vem de apenas cinco universidades: URFJ, UFRGS, UFMG, Unifesp e UFSC. E só 23 das centenas de instituições de ensino superior no País aparecem nesses dados. Pelo Censo da Educação Superior de 2018, dos 8,4 milhões de estudantes de nível superior no País só 1,3 milhão, menos de 16%, estavam matriculados em instituições federais.

Em outras palavras, a maior parte das universidades brasileiras, públicas ou privadas, não faz ou faz muito pouco de inovação, empreendedorismo e internacionalização, mas faz outra coisa muito importante, que é formar milhões de pessoas para as diferentes profissões. Alguns conceitos introduzidos pelo Future-se, como os contratos de gestão, autonomia gerencial e avaliação por resultados, deveriam ser aplicados às universidades como um todo, para avaliação e acompanhamento do ensino, e, mais amplamente, para alinhar os orçamentos anuais com os resultados obtidos, e não com os custos históricos.

Por outro lado, se for possível efetivamente criar um fundo patrimonial significativo para o apoio à inovação e ao empreendedorismo – e ainda não está claro se existirão recursos para isso –, não há por que excluir do programa as universidades estaduais e particulares. A responsabilidade do Ministério da Educação para com a educação superior brasileira não se limita às instituições federais e é importante não confundir a administração da rede própria com as políticas de interesse geral para o País.

Não é por acaso que justamente na ponta de cima do sistema as coisas aparentemente comecem a andar. Essa tem sido a prática brasileira desde sempre – cuidar das instituições de elite e não conseguir lidar com as questões que afetam e interessam à grande maioria da população. Temos a melhor pós-graduação e pesquisa universitária da América Latina, mas uma graduação muito desigual. E um dos piores sistemas escolares. É ilusão achar que um pequeno conjunto de instituições inovadoras possa, com o tempo, melhorar o resto, que funciona com outras lógicas. A ideia de que todo o ensino superior brasileiro convergiria para o modelo da universidade de pesquisa, que vem da reforma de 1968, ainda não foi abandonada de vez, embora todos saibam que é um mito. Sem políticas específicas para os cursos de graduação, o mais provável é que as universidades vocacionadas para a pesquisa e a pós-graduação se distanciem cada vez mais do resto, ou simplesmente acabem refluindo para a vala comum.

É preciso aproveitar a experiência do Future-se para lidar também, com competência técnica, ideias inovadoras e diálogo, com os outros grandes problemas que a educação brasileira até agora não tem conseguido enfrentar.

É preciso aproveitar o Future-se para lidar com os grandes problemas da educação

*

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC mantém proposta para Fundeb

O Ministério da Educação enviará ao Congresso nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo o ministro Abraham Weintraub, o governo federal manterá a proposta de 15% de complementação da União para o fundo. O envio está previsto para o início do ano legislativo, em fevereiro.

De acordo com o ministro, a expectativa do governo é de que a nova PEC comece a tramitar do zero, incluindo a instalação de nova comissão. Um texto relatado pela deputada Dorinha Rezende (DEM-TO) está em trâmite no Congresso há cerca de três anos, prevendo volume maior para o Fundeb. Segundo o ministro, a recepção do novo projeto será tranquila. "Desde abril, estamos conversando com parlamentares sobre a proposta. A PEC vai ser muito bem-recebida", assegurou.

O fundo financia a educação básica e é formado por impostos de estados e municípios. A União contribui com 10%, que se destinam a estados que não alcançam um valor mínimo por aluno. Em 2019, a contribuição representou mais de R\$ 14 bilhões. "Além de aumentar o volume de recursos, cobraremos resultados para receber esse dinheiro. Estados e municípios terão que adotar critérios de desempenho e mostrar resultados", disse Weintraub.

De acordo com o ministro, um dos objetivos do governo é tornar o Brasil referência em educação na América do Sul até 2030. Portugal é modelo de referência a ser seguido. O país europeu já apresentou os piores índices de educação no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) da Europa, assim como o Brasil na América Latina, e hoje é o segundo melhor país daquele continente. Para Weintraub, o Partido dos Trabalhadores (PT) é o responsável pelo desempenho do Brasil na principal avaliação da educação básica no mundo. O país aparece entre as 20 piores colocações no ranking das três áreas analisadas pelo exame. "Quem fez o Pisa 2018, que é o pior aluno da América do Sul, é fruto 100% do PT", acusou o ministro.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Aprender com o que já fazemos certo

Não basta estar na escola; é preciso aprender

A divulgação dos últimos resultados do Pisa trouxe a confirmação do gigantismo do nosso desafio de assegurar que todos os meninos e meninas no Brasil não só estejam na escola, mas que ali aprendam sem que se aprofundem ainda mais as desigualdades educacionais. Sim, tivemos uma pequena melhora, mas não o suficiente para nos tirar do terço inferior do ranking, e comparamo-nos mal com Chile e Costa Rica, só para citar dois países latino-americanos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2020/01/aprender-com-o-que-ja-fazemos-certo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL TIROTEIO

O primeiro passo para estudar segurança pública é aprender a ler e escrever. Recomendo que ele comece por aí

Do pesquisador Guaracy Mingardi, sobre Abraham Weintraub (Educação) dizer que a academia não se dedica a estudos na área

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/10/parlamentares-e-procuradores-querem-usar-juiz-das-garantias-para-rever-decisao-do-stf-sobre-caixa-2-na-justica-eleitoral/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Currículo

A indústria está participando, pela primeira vez, da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que orienta a oferta dessas aulas. Associações setoriais se reuniram em dezembro com o MEC e membros de outros ministérios na ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/01/industria-de-autopecas-leva-sede-de-sao-bernardo-para-minas-gerais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Weintraub quer começar do zero trâmite do Fundeb no Congresso com proposta do governo

Ministro da Educação diz esperar criação de nova comissão especial; fundo vence neste ano

Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, planeja iniciar do zero o trâmite no Congresso sobre a versão do governo para o Fundeb, mecanismo de financiamento da educação básica. A estratégia pode comprometer a renovação do fundo, que vence no fim do ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/weintraub-quer-comecar-do-zero-tramite-do-fundeb-no-congresso-com-proposta-do-governo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo de SP destina R\$ 1 bi para reforma e manutenção de escolas

Valor fica abaixo do de 2014; para procuradora, fazer repasse via associação de pais e mestres é temerário

São Paulo

O governo de São Paulo anunciou nesta quinta-feira (9) a destinação de R\$ 1 bilhão para melhorias na infraestrutura em escolas da rede estadual.

Do total, R\$ 630 milhões já foram depositados nas associações de pais e mestres (APMs) de 5.004 escolas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/governo-de-sp-destina-r-1-bi-para-reforma-e-manutencao-de-escolas.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais pessimismo na educação

Especialistas em pedagogia e ONGs conceituadas do setor educacional começaram o ano discutindo um problema grave numa área vital para a formação das novas gerações. Trata-se da renovação, no final do primeiro semestre, do mandato de 12 dos 24 membros do Conselho Nacional de Educação (CNE), que é o órgão encarregado, entre outras atribuições normativas e administrativas, de promover a articulação do sistema educacional entre a União, os Estados e os municípios, definir diretrizes para formação docente, emitir pareceres sobre políticas educacionais e fiscalizar o cumprimento da legislação do setor.

O temor dos especialistas diz respeito aos critérios de escolha que serão adotados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Pela legislação em vigor, metade das indicações deve ocorrer por meio de uma lista de nomes apresentada por entidades da área educacional, cabendo ao Ministério da Educação (MEC) escolher as mais representativas. Há mais de uma década, os nomes – quase todos com excelente currículo e muita experiência em gestão educacional – têm sido indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Por lei, o governo pode reconduzir ao cargo todos os conselheiros que estão no primeiro mandato. Embora as autoridades educacionais não tenham se manifestado oficialmente, já circulam no Executivo e no Legislativo rumores de que Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deverão preterir essas entidades, dando preferência a nomes indicados por associações educacionais vinculadas a igrejas evangélicas. Também circulam rumores de que, pressionado pela bancada evangélica do Congresso, o governo escolherá conselheiros para a Câmara de Educação Básica do CNE com uma visão próxima da que tem a equipe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, principalmente em matéria de gênero.

Esses rumores começaram a circular em Brasília no final de dezembro, duas semanas antes de Bolsonaro, ao responder a perguntas de jornalistas, ter falado espontaneamente que os livros didáticos usados nas escolas públicas têm “um montão de amontoado de muita coisa escrita” (sic) e são um “lixo”. Na ocasião, sem ser indagado, o presidente prometeu que os próximos livros escolares serão “suavizados” e que não servirão para doutrinação. “Não vão ficar nessa historinha de ideologia. Esse moleque é macho, pô. Estou vendo aqui, o moleque é macho. E os idiotas (os autores dos livros didáticos hoje em circulação na rede pública) acham que ele vai definir o sexo quando tiver 12 anos de idade. Sai para lá”, concluiu Bolsonaro, apontando para um garoto de seis anos que estava no colo do pai.

Como a maior parte dos conselheiros do CNE que terminarão o mandato pertence à Câmara de Educação Básica, especializada em questões de ensino infantil, fundamental e médio, os temores dos especialistas em pedagogia e das ONGs do setor educacional são procedentes. Eles receiam que os novos conselheiros, além de optarem por diretrizes mais políticas e religiosas do que técnicas, tentem revogar os marcos normativos de políticas fundamentais em fase de implementação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desorganizando o ensino fundamental. Como em 2019 o MEC perdeu tempo discutindo política do método fônico de alfabetização, entre outras bobagens, as secretarias estaduais e municipais de educação não tiveram outra saída a não ser adotar o que julgavam mais adequado para as redes de ensino sob sua responsabilidade. Como cada secretário fez o que pôde, não houve articulação no plano nacional.

A área educacional foi a mais atingida pela gestão desastrosa de Bolsonaro, em seu primeiro ano de mandato. A se confirmar essa simbiose entre orientação evangélica, diretrizes conservadoras, inépcia administrativa e voluntarismo no CNE, a situação ficará pior.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE

Ricardo Galvão no MEC!

Bolsonaro pôs na Educação o curioso e meteórico Ricardo Vélez, substituído pelo não tão meteórico Abraham Weintraub.

Depois os bolsonaristas de internet reclamam, sejam eles robôs de carne e osso ou meramente robôs, mas que jeito? Como deixar de comentar as falas, os posts e os vexames do governo, se o presidente Jair Bolsonaro e um ministro daqui, outro dali, dão a chance de mão beijada?

O mesmo presidente que demitiu o cientista Ricardo Galvão do Inpe – e de forma humilhante, antecipando pela imprensa – nomeou o curioso e meteórico professor Ricardo Vélez Rodríguez para o MEC e o substituiu em meses por outro “olavista”,

o igualmente curioso, mas aparentemente não tão meteórico Abraham Weintraub.

Galvão é formado em Engenharia, tem doutorado em Engenharia Nuclear nada mais nada menos no MIT e, não satisfeito, ainda é livre-docente em Física. Depois de demitido por Bolsonaro, encerrou 2019 como um dos dez cientistas do ano na revista Nature.

Mas o principal troféu do professor foi outro, ainda bem mais objetivo, concreto: a ratificação dos dados do Inpe sobre o desmatamento na Amazônia. O governo, que demitiu Galvão após desacreditar e desqualificar os dados do Inpe, agora confirma, acredita e qualifica os mesmos dados. Bolsonaro vai readmiti-lo por justa causa?

Do outro lado, Vélez Rodríguez virou motivo de piada e Weintraub tem demonstrado uma certa birra com a língua portuguesa. Errar uma palavra pode acontecer nas melhores famílias, mas o ministro da Educação errou a primeira vez, a segunda vez e, agora, a terceira vez. É reincidente. E, cá para nós, não foram errinhos banais. “Parali-Zação”? “SuspenÇão”? “ImpreCionante”? Sem falar em crases...

Já que os Bolsonaros têm uma milícia digital bastante ativa, poderiam destacar uns três ou quatro soldados para fazer a revisão do que o ministro escreve. Ou, quem sabe?, criar um corretor ortográfico particular para ele.

Afora esses erros crassos contra a língua pátria, o ministro já atacou as universidades que, segundo ele, são focos de balbúrdia e de plantio de maconha. Enquanto isso, o presidente Bolsonaro chama o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, de energúmeno, e anuncia a “descentralização (essa é com Z mesmo) de investimentos da área de Humanas, como filosofia, sociologia e, deduz-se, antropologia.

Nesse contexto, faz todo o sentido que o presidente tenha nomeado quem nomeou para a Secretaria Nacional de Cultura, um órgão que pula de galho em galho, está cada vez mais contaminado pelo viés evangélico e foi empurrado bruscamente para o Ministério do Turismo. O que uma coisa tem com a outra? Não se sabe. Perguntem ao presidente, por favor.

Universidades, filosofia, sociologia, antropologia, cultura, cinema, teatro e ortografia estão, portanto, dentro de um mesmo saco: o das desimportâncias, dos que não servem para nada e estão dominadas pelas esquerdas internacionais que só pensam naquilo: destruir o Ocidente cristão.

Assim como Paulo Freire é um “energúmeno”, os livros didáticos são também um horror, “um montão, um amontoado de muita coisa escrita”, como definiu Bolsonaro. E vem aí uma reforma para “suavizar” esses livros. A tal “raça em extinção” está de olho...

Com Bolsonaro xingando Paulo Freire e criticando livros com muitas “coisas escritas”, mais o ministro da Educação escrevendo “parali-Zação, suspenÇão e impreCionante”, dá um frio na barriga imaginar as políticas de educação e cultura e como ficarão os livros didáticos.

Mas ainda há tempo. O presidente não nomeou o professor Mozart Neves Ramos para a Educação, mas por que não Ricardo Galvão? Professor, homem da ciência, belo currículo, cidadão do bem. E, aliás, com um português claro, direto e... correto.

O governo que demite Galvão do Inpe é o que nomeia Vélez e Weintraub para o MEC

topo 

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Weintraub quer debate do zero sobre Fundeb

Ministro confirma que governo vai enviar proposta de emenda à Constituição sobre o tema após recesso legislativo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu ontem que o Congresso Nacional comece “do zero” as discussões para a reformulação do Fundeb. Weintraub confirmou que, após o recesso legislativo, o governo vai enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o assunto, contrariando as discussões que já acontecem há meses sobre o tema no Parlamento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/10/weintraub-quer-debate-do-zero-sobre-fundeb.ghml>

topo ↗

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP - ECONOMIA

Presidente da Capes aponta mudança em modelo de avaliação dos projetos

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), **Anderson Correia**, que em breve vai assumir a reitoria do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), declarou hoje (8) que, em sua gestão, o órgão adotou um novo modelo de seleção dos projetos que são financiados por bolsas de estudo da instituição.

“Estamos reestruturando a forma de fomentar [a formação de mão de obra qualificada], trazendo mais recursos direcionados a temas específicos”, declarou Correia durante a apresentação, em Brasília, do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses.

Lançado pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e da Educação, Abraham Weintraub, o novo programa de cooperação acadêmica será executado pela **Capes**, a exemplo de outras duas iniciativas semelhantes lançadas no ano passado: o Procad Amazônia e o Procad Defesa.

Pouco mais de R\$ 7 milhões estão sendo investidos no Procad Amazônia para custear cerca de 80 projetos de pesquisa acadêmica que ajudem não só na proteção do bioma, mas também na consolidação das redes de pesquisa da Amazônia Legal, região que abrange a nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão). Já o Procad Defesa deve receber R\$ 13,5 milhões para financiar a cooperação entre instituições civis e militares responsáveis por projetos de formação de recursos humanos e de pesquisas científicas e tecnológicas na área da Defesa.

O Procad Segurança Pública e Ciências Forenses, por sua vez, receberá um aporte de R\$ 10,1 milhões, beneficiando pesquisadores que desenvolvam estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com vista à melhoria das ações em segurança pública. Do total, R\$ 6 milhões virão do caixa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, ao longo de quatro anos. Outros R\$ 2,1 milhões virão da Polícia Federal (PF) e R\$ 2 milhões da própria **Capes**. Os valores das bolsas concedidas vão variar conforme o nível acadêmico dos contemplados: R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós-doutorado.

"Este programa está inserido na mudança do modelo de avaliação que a **Capes** vem empreendendo, buscando maior impacto social [com o financiamento] a temas que beneficiem diretamente a sociedade e possibilitem maior interação das universidades com o setor produtivo", disse Correia.

ITA

Correia, que é engenheiro civil, confirmou que deve permanecer à frente da **Capes** até o próximo dia 27, quando voltará a assumir a reitoria do ITA, instituição pública de ensino universitário especializada em ciências e tecnologias aeroespaciais. O ITA está ligado ao Comando da Aeronáutica e fica em São José dos Campos (SP). Segundo ele, a Casa Civil ainda não definiu quem o substituirá na **Capes**. Correia foi reitor do ITA de 2016 a janeiro de 2019, quando assumiu a presidência da **Capes**.

Sobre os desafios, entre eles a limitação orçamentária, enfrentados durante a gestão da **Capes**, Correia afirmou que a execução orçamentária do ano passado foi um dos maiores dos últimos cinco anos. “Cem por cento do orçamento da **Capes** foi executado. E o Ministério da Educação ainda alocou mais R\$ 200 milhões que também já foram empenhados”, comentou Correia, declarando estar tranquilo em relação à previsão orçamentária para a **Capes** este ano. “Estamos bem tranquilos com relação a 2020. Conscientes de que o governo federal e o MEC estão atentos às necessidades da **Capes**. Estamos com o orçamento dentro do planejado.”

Perguntado sobre o que considera sua principal realização à frente da **Capes**, Correia foi taxativo: “O maior legado que eu acredito é fazer programas que estimulem a transferência de conhecimento ao setor produtivo e tenham impacto social. Então, além de colocar recursos nesta linha, modificamos o sistema de avaliação da **Capes** para estimular estas interações. Ou seja, a **Capes** e o MEC acreditam que as universidades brasileiras têm um potencial imenso que, se bem explorados, podem render imensos recursos ao país, gerando conhecimento para toda a sociedade.”

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Agenda

PROFESSORES - A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) oferta mais de 60 mil bolsas para formação de professores da educação básica. As vagas são voltadas para alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química. Site: <https://www.capes.gov.br/>.

topo ↕

A GAZETA - MT - BRASIL

Conteúdos não mudarão, diz MEC

Apesar do desejo do presidente Jair Bolsonaro de "suavizar" livros didáticos a partir de 2021, o conteúdo dos materiais distribuídos nas escolas públicas não deverá sofrer mudanças drásticas, segundo o secretário executivo do Ministério da Educação, Antonio Paulo Vogel.

"O livro didático é um livro de ensino, e acabou. As matérias estavam todas lá. Não há nenhuma grande novidade nessa história. Vamos deixar acontecer. Os senhores vão vendo à medida em que for acontecendo", frisou Vogel ao ser questionado sobre as novas características dos conteúdos.

Diante da insistência de jornalistas sobre quais serão os reflexos práticos da "suavização" nos livros, o secretário executivo disse que não tinha mais nada a falar sobre isso. Também não disse se algum problema de "doutrinação" foi identificado nos livros didáticos atualmente em circulação.

"Não tenho mais o que comentar. Os editais vão sair no momento correto. Os livros serão entregues no momento correto. Não vai ter nada, enfim, de muito diferente. Não tenho mais o que falar", encerrou.

As declarações foram feitas durante café da manhã oferecido a jornalistas pelo ministro Abraham Weintraub. O chefe do MEC usou a ocasião para fazer um balanço da gestão e para apresentar resultados de 2019. Na apresentação, o ministro também defendeu o "fim da doutrinação" via livros.

"O livro didático, a função é ensinar. A função não é doutrinar. E como foi o Enem. Em qual questão tentamos doutrinar? Zero. O que a gente quer fazer não é doutrinar, é simplesmente que elas vão para a escola e voltem melhores do que foram", disse.

O comentário de Bolsonaro sobre livros foi feito em fala direcionada a apoiadores que o aguardavam em frente ao Palácio da Alvorada, na última sexta-feira, dia 3. "Os livros hoje em dia, como regra, é um montão, um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo", afirmou o presidente.

Novo Fundeb

O MEC trabalha para encaminhar ao Congresso nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O texto propõe aumento de 10% para 15% no volume de recursos repassados pelo governo federal a Estados e municípios.

A criação de um novo Fundeb já vinha sendo debatida pelo Executivo e Legislativo. Mais detalhes do texto não foram apresentados pela cúpula do MEC porque a proposta ainda está em discussão.

topo ↕

A TARDE - BA - OPINIÃO

Equação da Saúde no Brasil

Professor Titular Hepatologia - HUPES-UFBA

unif@svn.com.br

O modelo de remuneração da assistência à saúde está baseado no pagamento por serviço, mas agora carece de reavaliação criativa. O exponencial crescimento do custo assistencial público e privado explica esta demanda.

No Brasil, a situação é grave, não só pelo empobrecimento da população que não mais consegue pagar planos de saúde mais abrangentes, como também pelo uso inadequado das ferramentas diagnósticas e terapêuticas. Este último aspecto é notório, seja por insuficiência da formação técnica dos profissionais, seja pelo excessivo uso das ferramentas "Over Use".

No primeiro caso, a má formação dos profissionais em fracas escolas coloca em risco a saúde da população e a viabilidade do SUS. O médico sem boa formação é utilizador de ferramentas diagnósticas descontextualizadas, caras e pouco resolutivas. No segundo, temos a utilização de ferramentas desnecessárias em instituições que se despreocupam dos indicadores de eficiência.

A mudança do modelo de remuneração para contemplar a eficiência já é realidade imposta, todavia não é equação fácil. São escassos os médicos bem formados nas grandes áreas para atuar na assistência básica. Seria a essência do programa de saúde da família, o qual, infelizmente, não se consolida, não só pela formação inadequada dos profissionais, como também pela inexistência de um plano de carreira para o SUS. Isso impede a hierarquização organizacional do sistema.

Já na saúde suplementar, este profissional passou a ser desejado. Até recebeu nomes imponentes como "cate Keeper", mas a parca remuneração ao Clínico que regula a entrada e a gestão do paciente nos serviços de saúde torna-se um grande entrave.

Este profissional é imprescindível para evitar desperdícios e aumentar a resolutividade do sistema, mas o seu modelo de remuneração se contrapõe à sua importância. Por isso,

qualquer que seja a solução para pagamento de serviços médicos por eficiência, este sempre passará pela revisão da formação e da pirâmide de remuneração dos profissionais.

O SUS precisa desse médico como nunca, mas não cria um plano de carreira para ancorá-lo. MEC e MS reconhecem a sua necessidade, mas continuam fomentando faculdades mambembes e ainda flertam com a revalidação promíscua de deploráveis diplomas estrangeiros. A saúde suplementar reconhece a sua importância para reduzir custos e aumentar a eficiência, mas remunera as consultas médicas no avesso da sua transcendência.

No Brasil, temos a cultura de trabalhar no topo, esquecendo os alicerces. Sem as bases nada será robusto nem longo. Assim, o modelo de financiamento da saúde persistirá em desordenada construção, enquanto não entendermos o posicionamento algébrico de cada um na equação.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - 24H

Instituições públicas da Bahia oferecem mais de 15 mil vagas no Sisu 2020.1

O resultado do Enem vai ser divulgado no dia 17 de janeiro e as inscrições no Sisu estarão abertas entre 21 e 24 do mesmo mês; confira as vagas no estado

Os dois meses que separam a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do dia que os candidatos descobrem a pontuação no teste é de muita espera e ansiedade para quem quer entrar em uma instituição pública de ensino superior. Agora, as respostas vem de vez. É que o resultado do Enem vai ser divulgado no dia 17 e as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) estarão abertas de 21 de janeiro a 24 do mesmo mês. Apenas na Bahia, serão ofertadas 15.440 vagas, distribuídas em 11 universidades públicas do estado.

Recém-saída do terceiro ano do Ensino Médio, Sophia Pires, 18 anos, é uma entre os 395.437 inscritos no exame na Bahia, dos quais 72,7%, ou seja, 287.483 pessoas compareceram ao segundo dia de provas. A estudante até tenta não pensar na concorrência do curso de Direito na Ufba, mas a proximidade da divulgação do resultado só aumenta a ansiedade da jovem.

“Sempre que eu estou sem fazer nada fico pensando que o resultado vai chegar. O terceiro ano foi estressante, mas relaxei um pouco depois do Enem. Agora volta a agonia porque é como se esse fosse o resultado de tudo que eu fiz no último ano inteiro”, conta Sophia.

Os estudantes sabem a dificuldade que é conseguir uma vaga em uma universidade pública, ainda mais entre os cursos mais concorridos. A escolha de Sophia - o Direito - foi o segundo curso com mais inscrições no Brasil nas edições do Sisu de 2019.2, atrás apenas de Medicina. Ainda no segundo semestre, a graduação teve uma concorrência de 44,51, segundo dados do Ministério da Educação (MEC).

A concorrência preocupa Sophia: “Estou nervosa com medo de como vai ser nesse Sisu. De 2018 para 2019 teve um aumento muito grande da nota de corte”, diz. A jovem não é a única. Assim como ela, Roberto Luiz Cunha, 18, teme que a pontuação no Enem não seja suficiente para garantir uma vaga no curso de Odontologia na Ufba.

Sophia Pires quer cursar Direito e espera ansiosa pelo resultado do Enem (Arisson

Marinho/CORREIO)

“É sempre uma grande surpresa porque o Sisu não depende só da gente, mas do desempenho dos outros candidatos”, comenta. Para ele, o importante é não perder a esperança mesmo em meio a ansiedade para entrar no ensino superior.

Diferente dos outros dois estudantes, Rui Lima Vieira, 17, trocou a Ufba pela Universidade de São Paulo (USP). No meio do ano, ele decidiu fazer o curso de Matemática Aplicada e Computação Científica na instituição após ver um vídeo sobre teoria de inteligência artificial e física. A universidade também oferece vagas no Sisu e essa é a aposta do jovem para conseguir entrar na graduação.

“Eu fiz a Fuvest, mas como tem um nível maior de dificuldade pode ser que eu não me saía também quanto no Enem”, conta sem esconder a ansiedade por tentar uma das oito vagas abertas no curso no Sisu 2020.

O Sisu permite que o estudante escolha entre uma lista de cursos de todo o país no momento da inscrição. Por isso, é possível que um candidato da Bahia acabe entrando em uma universidade do Rio Grande do Sul. A depender das notas, essa pode até ser uma boa escolha para não ter que passar pelo estresse de fazer o Enem novamente.

“Eu nunca pensei em mudar de estado, mas se surgir a vaga não se pode descartar e ficar restringido apenas ao estado. Fora da Bahia tem muitas universidades boas”, diz Roberto, que já garantiu uma vaga em Odontologia na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, uma instituição particular de Salvador.

Sophia não se vê morando fora de Salvador, mas não descarta a possibilidade. “A prioridade é a Ufba. Morar fora seria uma opção, mas ficar aqui é confortável”, afirma.

Os estudantes têm suas preferências, mas afirmam que é válido dar uma olhada na nota de corte durante o período de inscrição do Sisu para checar se há a possibilidade de entrar no curso escolhido. Diariamente, os candidatos podem mudar as duas opções de graduação e apenas a última escolha antes do final do processo seletivo é definitiva.

“Como eu fiz o vestibular da Uneb também, eu vou colocar a Ufba como primeira opção no Sisu, mas, a depender das notas, eu posso trocar”, diz Sophia.

Já Roberto compartilha sua estratégia: “Dá para avaliar qual é o local onde minha nota se encaixa mais, vale olhar a cada dia para saber onde a nota está mais compatível com a minha”, afirma.

Vagas na Bahia

Salvador é a cidade da Bahia que possui mais vagas na primeira edição do Sisu 2020 - são 4.859 divididas entre a Universidade Federal da Bahia (Ufba), a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba). Pelo interior, são 10.581 vagas para o processo seletivo. Além das três instituições já citadas, também participam do Sisu a Universidade Estadual De Santa Cruz (Uesc), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), o IF Baiano, a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), a Universidade Federal do

Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

O curso de Medicina teve a maior concorrência na edição do segundo semestre do Sisu 2019. Em Salvador, a graduação é ofertada pela Ufba e a Uneb para a primeira edição do processo seletivo deste ano. Juntas, as universidades oferecem 84 vagas pelo Sisu. Nacionalmente, foram 117,37 inscrições para cada uma das 1.446 vagas ofertadas.

Como participar

Os candidatos que fizeram o Enem de 2019 podem se inscrever para o Sisu 2020, mas é preciso ter nota acima de zero na redação e não ser treineiro. Algumas instituições ainda adotam notas mínimas ou médias mínimas para inscrição em determinados cursos. Em casos como este, o sistema emite mensagem com esta informação para os vestibulandos que não possuem a pontuação.

Para se inscrever no Sisu, o candidato precisa apenas do número de inscrição e senha cadastrados no Enem de 2019. A matrícula em uma instituição de ensino, entretanto, exige outros documentos.

Ao se inscrever no Sisu, o candidato pode escolher até duas opções entre as vagas ofertadas. É possível mudar a vaga escolhida até o final da período de inscrição no processo seletivo e os vestibulandos também podem participar de uma Lista de Espera nas faculdades que a oferecem. Quem for escolhido em uma das opções de graduação só terá esta oportunidade de fazer a matrícula e não pode participar da Lista de Espera.

Quem já estuda em uma instituição pública de educação superior e fez o Enem 2019 pode concorrer a uma vaga no Sisu, porém, não é possível ocupar duas vagas nestas instituições geridas pelo estado simultaneamente.

*Com orientação do chefe de reportagem Jorge Gauthier

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Ministro diz que educação no RS é uma tragédia

Em entrevista à Rádio Guaíba, Abraham Weintraub prevê que 2020 será um dos melhores anos da história em pesquisa científica no país

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o RS será um dos estados que mais terá escolas cívico-militares. A afirmação foi feita em entrevista ao programa "Bom Dia", da Rádio Guaíba, na manhã de ontem. "Esse ano, vamos fazer entregas. Nós investimos em gestão e transparência", pontuou. Ele fez duras críticas ao sistema educacional gaúcho. Para o ministro, a Educação no Estado afundou. "O Rio Grande do Sul é uma tragédia. Eu gosto muito do Estado, mas é uma tragédia (...). O resultado é que a Educação afundou em relação ao próprio Estado". Conforme Abraham, agora o governo federal está focando nas áreas que a sociedade considera prioritárias.

Sobre as pesquisas científicas, o titular do MEC ressaltou que não vão tirar dinheiro de onde já tem, mas vão investir melhor os novos recursos. "A gente pesquisava muita porcaria, te mos muito volume, mas em impacto científico, estamos muito abaixo. Eu acredito que 2020 será um dos melhores anos da história do Brasil, em termos de

pesquisa científica", prevê.

Na opinião do ministro, o governo federal faz Educação na prática. E afirma que as faculdades devem receber alunos do ensino secundário no turno inverso ao das aulas, para que laboratórios e espaços de ensino sejam ocupados. "Mudamos também a política de alfabetização, a abordagem antes era inspirada em Paulo Freire e nós trocamos por um método científico utilizado em Portugal". Ainda sobre Paulo Freire, Weintraub salientou que não quer mais falar sobre o assunto. "Eu não quero mais falar sobre marxismo cultural, Paulo Freire. Isso é uma porcária. A palavra que resume é essa porcária. O que eu quero para os meus filhos, quero para os dos outros. Para ser uma democracia, tem que ser parecido com meus filhos, saber ler, escrever, ter um ofício e não usar maconha", declarou o ministro.

Em relação a investimentos, destacou que irá expandir a oferta de Ensino Técnico no país, em 80%, e fazer Ensino Médio em tempo integral. Acrescentou também a iniciativa do Enem digital. "No ano passado, tivemos o melhor Enem de todos os tempos. Esse ano, teremos o Enem digital. Todas as escolas urbanas públicas vão ter Internet com banda larga. Para fazer o Enem digital, eu preciso que todos os jovens tenham acesso à Internet. Com o jovem tranquilo com a Internet na escola, até 2026 todo Enem será digital."

Sobre as declarações do ministro, a Secretaria Estadual da Educação não quis se manifestar.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Manifesto Público contra ingresso aos 5 anos

A Reunião Ampliada, promovida dia 8/1 pelo Conselho Estadual de Educação (CEED/RS), resultou na elaboração de um manifesto público em contrariedade à lei estadual 15.433, de 27/12/19, que "dispõe sobre a idade de ingresso no sistema de ensino, no tempo certo, segundo a capacidade de cada um". Na prática, a legislação permite o ingresso de crianças com menos de 6 anos no 1º ano do Ensino Fundamental.

A reunião, segundo o CEED, teve como objetivo estabelecer ação conjunta para evitar prejuízos pedagógicos no desenvolvimento da criança, no início de sua vida escolar. Assim, o documento, assinado por unanimidade pelas entidades participantes, expõe danos decorrentes do ingresso antecipado, e defende a manutenção da data de corte em 31 de março do ano de matrícula, conforme "decisão do Supremo Tribunal Federal e Resoluções do Conselho Nacional de Educação/CEB 01 e 06/2010".

Além de manifestarem-se contrários à nova legislação, os representantes das entidades ainda pretendem buscar "o melhor caminho jurídico para a suspensão dos efeitos da referida legislação e, até mesmo, sua revogação".

As entidades que assinaram o manifesto foram: CEM/RS, Undime/RS, Comissão de Educação da AL, ACPM/Federação, Aesufope, MIEIB/FGEI, Uncme/RS, Sinepe, Cpers, Sinpro, Uges, CUT/RS e Federapars. Ver o documento, na íntegra, no site: <http://www.ceed.rs.gov.br/conteudo/23074>.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

AGENDA DO ENSINO

■ Estácio: Hoje e amanhã, a Faculdade realiza seu Megavestibular, para ingresso no 1º semestre/2020. Provas às 10h, 12h, 14h e 16h, na Unidade Porto Alegre (rua Marechal Floriano Peixoto, 626). Valores especiais. Inscrições gratuitas em: portal.estacio.br/megavestibular.

■ Unisc: A Universidade de Santa Cruz do Sul realiza amanhã o Vestibular de Medicina, em Santa Cruz, e o Vestibular Complementar dos demais cursos, nos campi. O listão do Vestibular Complementar sairá dia 13/1; e o da Medicina, em 21/1. Detalhes: www.unisc.br.

■ Univates: Inscrições, até 21/1, para a seleção do curso de Medicina da Universidade do Vale do Taquari, em Lajeado. O candidato deve ter feito Enem (entre 2015 e 2019). Resultados até 24/1. Inscrições: univates.br/vestibular/medicina. Contato: 0800-7070809.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Leite alerta para perda de salários

Classificando a postura do governo do Estado como "decisiva e determinada", o governador Eduardo Leite comentou, ontem, o impasse sobre a greve dos professores. O chefe do Executivo defendeu a medida que abona o corte de ponto, para posterior desconto dos dias não trabalhados. A proposta foi apresentada em reunião entre a Secretaria da Educação e representantes do Cpers, na quarta-feira (8/1). Eduardo Leite disse que o fim do corte de ponto dos grevistas cria "um vício no comportamento" dos professores. O governador ainda deu um aviso ao magistério público estadual, cobrando o retorno dos profissionais ao serviço. "Se os professores não retornarem às aulas imediatamente, uma consequência eles terão: perder mais um mês de salário", alertou.

"Quando o governo está exigindo que trabalhem para concluir o ano letivo, ele não está exigindo nada mais do que o contrato de trabalho estabelece", disse. Questionado sobre a promessa de campanha, de pagar em dia o salário dos servidores públicos no primeiro ano de governo, responsabilizou a não concretização da venda de ações do Banrisul. "Não se afasta este objetivo do governo do Estado", afirmou.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - POLÍTICA

Repases para o ensino básico

Planalto vai mandar proposta de mudanças nas regras do Fundeb. Titular do MEC diz que o Governo vai propor ao Congresso aprovar o aumento da contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

O Governo Federal encaminhará, em breve, ao Congresso Nacional, uma proposta de mudança nas regras de financiamento do ensino básico. Ontem, ao apresentar as realizações do Ministério da Educação (MEC) em 2019, o ministro Abraham Weintraub disse que o Governo não desistiu de ver aprovada sua própria proposta de aumento da contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto neste ano, em permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir

a PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

"Ao longo deste ano (2019), tentamos colocar o novo Fundeb com propostas que acreditamos pertinentes. Infelizmente, não andou na direção e na velocidade que queríamos. Diante desse quadro, estamos encaminhando (ao Congresso) uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional)", disse Weintraub.

O Governo Federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

"É um aumento expressivo. Além de aumentar o volume de recursos, cobraremos resultados para receber esses recursos. Estados e municípios terão que adotar critérios de desempenho e mostrar resultados", disse Weintraub.

Fundeb

Criado em 2006, para vigorar até 2020, o Fundeb é, hoje, a principal fonte de financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

Em 2019, só a União destinou R\$ 14,3 bilhões aos estados. Dados da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para discutir a PEC 15/2015, apontam que, caso a proposta de ampliar a participação da União dos atuais 10% para 40% em 2031 seja aprovada, o impacto orçamentário da mudança será da ordem de R\$ 279,8 bilhões.

Pisa

Weintraub disse que a meta da pasta é fazer com que o Brasil avance no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), índice que avalia o nível da educação básica no mundo.

"Esperamos tirar o Brasil da última posição na América do Sul e colocar ele, até 2030, na primeira posição. Sendo que esperamos já ter resultados no próximo Pisa. E este ano vão aparecer muito mais resultados. Vai aparecer rápido. Já no primeiro trimestre vai ter muito mais números mostrando melhoras".

Em 2018, o Pisa foi aplicado para 600 mil estudantes de 79 países. O Brasil ficou abaixo das médias dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "O fundo do poço foi 2018", disse o ministro.

Nome para Anvisa

O presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Senado, ontem, a indicação de Antônio

Barra Torres para exercer o cargo de diretor-presidente da Anvisa. Ele já atuava como substituto desde dezembro, quando terminou o mandato do antigo presidente, William Dib.

Militar da Marinha

Médico e contra-almirante da Marinha, Barra Torres está na Anvisa desde agosto de 2019, por indicação de Bolsonaro. Em dezembro, foi um dos três diretores a votar contra a proposta que autorizava o plantio de maconha por empresas para fins medicinais.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - EM DIA COM A POLÍTICA

Nova polêmica de Weintraub

Logo depois de virar alvo na internet por ter escrito "imprecionante" em um post em uma rede social, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) é o responsável pelo desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), principal avaliação da educação básica no mundo. O país aparece entre as 20 piores colocações no ranking das três áreas analisadas pelo exame. A declaração foi feita durante a divulgação do balanço da gestão durante o ano de 2019, em café da manhã com jornalistas, ontem. De acordo com o ministro, o aluno que fez o Pisa em 2018 é "fruto 100% do PT". Ele também prometeu melhorias com a gestão dele. "Nós vamos sair da última posição da América do Sul. O fundo do poço foi 2018, o último ano da maldição do PT. Quem fez o Pisa em 2018 começou a estudar com Lula presidente. Quem fez o Pisa 2018, que é o pior aluno da América do Sul, é fruto 100% do PT", acusou. De forma impressionante, não falou do erro cometido por ele.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

Weintraub quer começar do zero trâmite do Fundeb no Congresso

Estratégia pode comprometer a renovação do fundo, que vence no fim do ano

Brasília - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, planeja iniciar do zero o trâmite no Congresso sobre a versão do governo para o Fundeb, mecanismo de financiamento da educação básica. A estratégia pode comprometer a renovação do fundo, que vence no fim do ano.

O tema teve intensa discussão em 2019 em uma comissão especial na Câmara, de forma articulada com o Senado, mas com baixa participação do governo Jair Bolsonaro. O texto base da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) em discussão na Casa é de 2015.

O governo já havia indicado que mandaria um texto próprio sobre o tema por discordar da

minuta apresentada pela relatora, deputada Professora Dorinha (DEM-TO). Havia a dúvida se a proposta do MEC seria levada à comissão especial já instalada, mas Weintraub disse que espera a criação de uma nova comissão.

"Começa do zero, mas todo mundo conhece o assunto. A gente ficou discutindo o ano inteiro. Desde abril estamos conversando com os parlamentares sobre nossa proposta", disse. "Como não está andando, não está funcionando, vamos encaminhar uma proposta que está redonda, que passa rápido".

Weintraub e seus auxiliares participaram de uma entrevista coletiva nesta quinta-feira (9) para traçar um balanço das ações da pasta em 2019. A menção ao novo Fundeb aparece em vídeo de divulgação, apesar de o tema não ter avançado e da distância do governo nas discussões.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios e conta com uma complementação da União para estados, e respectivos municípios, que não atingem o valor mínimo a ser gasto por aluno. Esse complemento federal hoje é de 10% - cerca de R\$ 14 bilhões, hoje.

A minuta que chegou a ser apresentada na comissão, em setembro passado, elevava de 10% para 40% a complementação União, de forma gradual. O texto não chegou a ser votado na comissão, mas já há entendimento entre parlamentares que esse percentual não passará de 30%.

O MEC só encaminhou um posicionamento oficial sobre o assunto em junho passado. O ofício do governo defendeu que a complementação fosse elevada a 15%, também de forma gradual.

A avaliação entre parlamentares e especialistas é de que o tema precisa ser vencido no Congresso ainda no primeiro semestre. O calendário eleitoral é o maior entrave e há receio de que atrasos forcem uma prorrogação do fundo, que representa mais de R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos na educação básica.

O plano atual da comissão especial que trata do tema na Câmara é votá-lo em fevereiro, tanto na comissão quanto no plenário da Casa. A matéria deve seguir depois para o Senado.

O ministro Weintraub aposta em uma mobilização no Congresso em torno da proposta própria a despeito da relação tortuosa do governo Bolsonaro com o parlamento. O próprio ministro já foi chamado sete vezes para se explicar a parlamentares.

A relação deve piorar, na avaliação de deputados, depois que o ministro tirou da presidência do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) um aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-TJ) e de partidos como DEM e PP. A mudança foi uma manobra para manter o controle do orçamento bilionário do FNDE.

E há outras demandas à espera de análise. O MEC já editou duas medidas provisórias que aguardam apreciação do Congresso para não caducarem.

Uma cria a carteirinha estudantil, iniciativa tomada para esvaziar a UNE (União Nacional dos Estudantes), e outra muda a forma de eleição dos reitores, diminuindo a autonomia das universidades. Ainda há a expectativa de envio ao Congresso do Future-se, projeto que busca fomentar financiamento privado nas federais.

Weintraub diz acreditar na importância dos projetos. "Tem coisa errada no Congresso? Tem. Mas acho que no Congresso brasileiro o saldo é positivo. Nos momentos que são necessários, ele olha para os interesses do País, como foi o caso da [reforma] Previdência".

topo ↕

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA

MEC VAI PROPOR NOVAS REGRAS PARA O FUNDEB

O governo federal encaminhará, em breve, ao Congresso Nacional, uma proposta de mudança nas regras de financiamento do ensino básico. Hoje (9), ao apresentar as realizações do Ministério da Educação (MEC) em 2019, o ministro Abraham Weintraub disse que o governo não desistiu de ver aprovada sua própria proposta de aumento da contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto este ano, em permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir a PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

Ao longo deste ano 2019, tentamos colocar o novo Fundeb com propostas que acreditamos pertinentes, infelizmente, não andou na direção e na velocidade que queríamos. Diante desse quadro, estamos encaminhando (ao Congresso) uma PEC", disse Weintraub.

O governo federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Mais 1.667 vagas para o Sisu

EDUCAÇÃO Segundo o MEC, no Brasil serão 237.128 vagas, em 128 instituições públicas de ensino superior. Pernambuco dispõe de 14.931

A primeira edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2020, cujas inscrições serão de 21 a 24 de janeiro, terá mais vagas em cursos de graduação, se comparado ao processo seletivo de janeiro do ano passado. O acréscimo é pequeno, de apenas 0,7% nacionalmente, o que representa 1.667 vagas a mais à disposição dos vestibulandos. Segundo o Ministério da Educação (MEC), serão ofertadas 237.128 vagas em 128 instituições públicas de ensino superior. Em 2019 foram 235.461 vagas em 129 estabelecimentos educacionais.

Em Pernambuco serão 14.931 vagas. Também há mais opções em relação à edição de janeiro de 2019. O aumento é de 4,3%, ou 647 vagas. No Estado, integram o Sisu as quatro universidades públicas (três federais e uma estadual): UFPE, UFRPE, Univasf e UPE; e os dois institutos federais, IFPE e IF do Sertão. Do total de vagas, 7.902 vão para ampla concorrência (alunos de escolas particulares) e 7.029 para candidatos cotistas (que estudaram em escola pública ou que têm direito a alguma política afirmativa).

A maior novidade em Pernambuco é a implantação de um novo campus da UFRPE. Será em Belo Jardim, no Agreste. A unidade vai ofertar quatro cursos de engenharia — da computação, hídrica, química e de controle e automação, somando 320 vagas (80

para cada graduação). Atualmente a UFRPE tem unidades no Recife, Cabo de Santo Agostinho, Garanhuns e Serra Talhada. Houve acréscimo também no curso de pedagogia, no Recife, que dobrou o número de vagas. Eram 40, agora serão 80.

A segunda maior ampliação no Sisu, no Estado, ocorreu no Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão). A instituição criou 237 novas vagas, passando a ofertar 679 (em 2019 foram 442). O aumento ocorreu em Petrolina (112 vagas somando dois câmpus), Salgueiro (mais 90) e Serra Talhada (mais 35). No IFPE há mais 40 vagas em Pesqueira, no Agreste.

Maior instituição de Pernambuco, a UFPE acrescentou só io vagas ao sistema de seleção, na graduação em engenharia biomédica ofertada no Recife (total de 30). Os vestibulandos vão concorrer a 6.982 vagas, das quais 3.485 para sistema universal e 3.497 para cotistas. Na UPE e na Univasf não houve alteração no total de vagas, comparando 2019 e 2020.

REGRAS

Na página do Sisu o candidato pode consultar a oferta de vagas por curso, por cidade e por instituição. Para se inscrever, a partir do dia 21, é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2019 e não ficar com nota zero na redação. As notas individuais do exame serão liberadas pelo MEC na sexta-feira da próxima semana (dia 17).

Estão mantidas duas regras adotadas ano passado. Uma delas é que o candidato selecionado na chamada regular, em primeira ou segunda opção, não poderá participar da lista de espera, mesmo que ele não realize a matrícula. A outra é que o estudante não selecionado na chamada regular poderá escolher, para a lista de espera, a primeira ou a segunda opção informada no período da inscrição.

O estudante Romero Rego, 17 anos, que concluiu o ensino médio no Colégio Santa Maria, em Boa Viagem, Zona Sul do Recife, pretende cursar direito. Como cada candidato pode escolher duas opções, Romero planeja tentar apenas a Federal de Pernambuco. "São duas turmas, uma de manhã e outra à noite. Vou me inscrever para manhã como primeira opção", explica.

IFPE já começa a matricular hoje

O listão com os nomes dos 4.715 aprovados no vestibular 2020 do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) pode ser consultado no site da comissão organizadora do concurso. O resultado foi liberado ontem, pouco depois das 11h, na reitoria da instituição, na Cidade Universitária, Zona Oeste do Recife.

As 4.715 vagas foram disputadas por 21.797 candidatos que fizeram as provas no último dia 15 de dezembro. O concurso teve 26.211 inscritos e abstenção de 16,84% (4.414 faltosos). A estudante Rebeca Leal da Cunha Torres ficou com o primeiro lugar geral. Com média 94,40, ela foi aprovada no curso técnico de química, modalidade integrado, no Recife.

Depois de conferir o resultado, é hora de organizar a documentação para matrículas. Cada unidade acadêmica define o período de matrícula. Em Afogados da Ingazeira, por exemplo, os aprovados vão se matricular já a partir de hoje. Cada câmpus também tem cronograma próprio para remanejamentos e início das aulas. Todas as informações estão disponibilizadas no edital de matrícula.

Segundo o IFPE, os aprovados deverão levar foto 3x4, além de original e cópia de certidão de nascimento ou casamento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor para os maiores de 18 anos, documento comprobatório de regularidade do serviço militar para os homens.

Também são exigidos original e cópia de certificado de conclusão ou declaração de conclusão de ensino médio para os candidatos aos cursos subsequentes e superiores e do ensino fundamental para os cursos Proeja e integrado.

Aprovados pelo regime de cotas devem acrescentar à lista documentos comprobatórios de que são oriundos da rede pública de ensino e de sua renda familiar. É preciso levar ainda documentação específica que ateste que o candidato é do campo, para os que concorreram às vagas em regime de cotas nos cursos de vocação agrícola.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - GERAL

Ministério da Educação vai propor mudanças para regras do Fundeb

Ministro Abraham Weintraub disse que o governo não desistiu de ver aprovada sua própria proposta de aumento da contribuição da União para o Fundo

O Governo Federal encaminhará, em breve, ao Congresso Nacional, uma proposta de mudança nas regras de financiamento do ensino básico. Ontem, ao apresentar as realizações do Ministério da Educação (MEC) em 2019, o ministro Abraham Weintraub disse que o governo não desistiu de ver aprovada sua própria proposta de aumento da contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto este ano, em permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir a PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

"Ao longo deste ano [2019], tentamos colocar o novo Fundeb com propostas que acreditamos pertinentes. Infelizmente, não andou na direção e na velocidade que quedamos. Diante desse quadro, estamos encaminhando [ao Congresso) uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional]", disse Weintraub.

Contribuição

O Governo Federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

"É um aumento expressivo. Além de aumentar o volume de recursos, cobraremos resultados para receber esses recursos. Estados e municípios terão que adotar critérios de desempenho e mostrar resultados", disse Weintraub.

Fundeb

Criado em 2006, para vigorar até 2020, o Fundeb é, hoje, a principal fonte de financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

Em 2019, só a União destinou R\$ 14,3 bilhões aos estados. Dados da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para discutir a PEC 15/2015, apontam que, caso a proposta de ampliar a participação da União dos atuais 10% para 40% em 2031 seja aprovada, o impacto orçamentário da mudança será da ordem de R\$ 279,8 bilhões.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Procon vai monitorar as vendas de material escolar nas lojas

OPERAÇÕES - Órgão de defesa do consumidor vai atuar em livrarias e papelarias para impedir cobranças abusivas

A venda de materiais escolares no Pará será monitorada com operações especiais a partir da próxima quarta-feira (15), o que será feito ao longo de toda a segunda quinzena do mês de janeiro em livrarias e papelarias, afirma o Procon do Pará. De acordo com o diretor do órgão, Nadilson Neves, cobranças abusivas, falta de precificação adequada para o consumidor e produtos sem selo do Inmetro, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, serão os focos principais das investidas.

De acordo com Nadilson, o consumidor deve ficar atento para perceber se as etiquetas estão colocadas de forma legível nas prateleiras das lojas e se os cadernos, resmas de papel e canetas, entre outros produtos, estão devidamente certificados pelo órgão de controle. "Caso seja percebida alguma irregularidade, a pessoa deve se dirigir até a sede do Procon Pará, na travessa Lomas Valentinas, e ir até um dos polos do órgão. É possível também ligar para o 151 ou entrar no site www.procon.pa.gov.br para formalizar a denúncia contra o estabelecimento. A loja que for surpreendida vendendo os produtos irregularmente receberá uma sanção administrativa, a qual vai desde a advertência até multa", informa o chefe do Procon.

No Pará, a relação de cobranças abusivas, que tomam como referência os preços estabelecidos para um mesmo produto, ainda será elaborada pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em São Paulo, de acordo com o Procon paulista, foram constatadas diferenças de preços de mais de 300% em itens de material escolar.

O Procon do Pará reforça a informação de que os estabelecimentos de ensino não podem condicionar a compra de livros ou de materiais escolares em uma loja específica. "Tal prática é considerada abusiva", avisa a diretoria. Caso a escola trabalhe com livros próprios ou importados, esta informação deve ser previamente passada ao consumidor. Assim como as escolas não podem determinar as marcas dos produtos permitidos em suas referidas listas de materiais escolares.

A Fundação Procon recomenda aos consumidores, antes de ir às compras, verifique quais dos produtos da lista de material o consumidor já possui em casa e, ainda, se estão em condição de uso, evitando assim compras desnecessárias. "Outra indicação é

promover a troca de livros didáticos entre estudantes, o que também garante economia para as famílias", afirma a Fundação.

topo ↕

O POPULAR - GO - OPINIÃO

Ricardo Galvão no MEC!

Bolsonaro pôs na Educação o curioso e meteórico Ricardo Vélez, substituído pelo não tão meteórico Abraham Weintraub.

Depois os bolsonaristas de internet reclamam, sejam eles robôs de carne e osso ou meramente robôs, mas que jeito? Como deixar de comentar as falas, os posts e os vexames do governo, se o presidente Jair Bolsonaro e um ministro daqui, outro dali, dão a chance de mão beijada?

O mesmo presidente que demitiu o cientista Ricardo Galvão do Inpe – e de forma humilhante, antecipando pela imprensa – nomeou o curioso e meteórico professor Ricardo Vélez Rodríguez para o MEC e o substituiu em meses por outro “olavista”,

o igualmente curioso, mas aparentemente não tão meteórico Abraham Weintraub.

Galvão é formado em Engenharia, tem doutorado em Engenharia Nuclear nada mais nada menos no MIT e, não satisfeito, ainda é livre-docente em Física. Depois de demitido por Bolsonaro, encerrou 2019 como um dos dez cientistas do ano na revista Nature.

Mas o principal troféu do professor foi outro, ainda bem mais objetivo, concreto: a ratificação dos dados do Inpe sobre o desmatamento na Amazônia. O governo, que demitiu Galvão após desacreditar e desqualificar os dados do Inpe, agora confirma, acredita e qualifica os mesmos dados. Bolsonaro vai readmiti-lo por justa causa?

Do outro lado, Vélez Rodríguez virou motivo de piada e Weintraub tem demonstrado uma certa birra com a língua portuguesa. Errar uma palavra pode acontecer nas melhores famílias, mas o ministro da Educação errou a primeira vez, a segunda vez e, agora, a terceira vez. É recorrente. E, cá para nós, não foram errinhos banais. “Parali-Zação”? “Suspenção”? “ImpreCionante”? Sem falar em crases...

Já que os Bolsonaros têm uma milícia digital bastante ativa, poderiam destacar uns três ou quatro soldados para fazer a revisão do que o ministro escreve. Ou, quem sabe?, criar um corretor ortográfico particular para ele.

Afora esses erros crassos contra a língua pátria, o ministro já atacou as universidades que, segundo ele, são focos de balbúrdia e de plantio de maconha. Enquanto isso, o presidente Bolsonaro chama o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, de energúmeno, e anuncia a “descentralização (essa é com Z mesmo) de investimentos da área de Humanas, como filosofia, sociologia e, deduz-se, antropologia.

Nesse contexto, faz todo o sentido que o presidente tenha nomeado quem nomeou para a Secretaria Nacional de Cultura, um órgão que pula de galho em galho, está cada vez mais contaminado pelo viés evangélico e foi empurrado bruscamente para o Ministério do Turismo. O que uma coisa tem com a outra? Não se sabe. Perguntem ao presidente, por favor.

Universidades, filosofia, sociologia, antropologia, cultura, cinema, teatro e ortografia estão, portanto, dentro de um mesmo saco: o das desimportâncias, dos que não servem para nada e estão dominadas pelas esquerdas internacionais que só pensam naquilo: destruir o Ocidente cristão.

Assim como Paulo Freire é um “energúmeno”, os livros didáticos são também um horror, “um montão, um amontoado de muita coisa escrita”, como definiu Bolsonaro. E vem aí uma reforma para “suavizar” esses livros. A tal “raça em extinção” está de olho...

Com Bolsonaro xingando Paulo Freire e criticando livros com muitas “coisas escritas”, mais o ministro da Educação escrevendo “parali-Zação, suspenÇão e impreCionante”, dá um frio na barriga imaginar as políticas de educação e cultura e como ficarão os livros didáticos.

Mas ainda há tempo. O presidente não nomeou o professor Mozart Neves Ramos para a Educação, mas por que não Ricardo Galvão? Professor, homem da ciência, belo currículo, cidadão do bem. E, aliás, com um português claro, direto e... correto.

O governo que demite Galvão do Inpe é o que nomeia Vélez e Weintraub para o MEC

topo ↕

A TARDE ON LINE - TEMPO REAL

Presidente da Capes aponta mudança em modelo de avaliação dos projetos
BRASÍLIA, Brasil /PRNewswire Policy/ -- O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, que em breve vai assumir a reitoria do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), declarou hoje (8) que, em sua gestão, o órgão adotou um novo modelo de seleção dos projetos que são financiados por bolsas de estudo da instituição.

“Estamos reestruturando a forma de fomentar [a formação de mão de obra qualificada], trazendo mais recursos direcionados a temas específicos”, declarou Correia durante a apresentação, em Brasília, do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses.

Lançado pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e da Educação, Abraham Weintraub, o novo programa de cooperação acadêmica será executado pela **Capes**, a exemplo de outras duas iniciativas semelhantes lançadas no ano passado: o Procad Amazônia e o Procad Defesa.

Pouco mais de R\$ 7 milhões estão sendo investidos no Procad Amazônia para custear cerca de 80 projetos de pesquisa acadêmica que ajudem não só na proteção do bioma, mas também na consolidação das redes de pesquisa da Amazônia Legal, região que abrange a nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão). Já o Procad Defesa deve receber R\$ 13,5 milhões para financiar a cooperação entre instituições civis e militares responsáveis por projetos de formação de recursos humanos e de pesquisas científicas e tecnológicas na área da Defesa.

O Procad Segurança Pública e Ciências Forenses, por sua vez, receberá um aporte de R\$

10,1 milhões, beneficiando pesquisadores que desenvolvam estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com vista à melhoria das ações em segurança pública. Do total, R\$ 6 milhões virão do caixa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, ao longo de quatro anos. Outros R\$ 2,1 milhões virão da Polícia Federal (PF) e R\$ 2 milhões da própria **Capes**. Os valores das bolsas concedidas vão variar conforme o nível acadêmico dos contemplados: R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós-doutorado.

"Este programa está inserido na mudança do modelo de avaliação que a **Capes** vem empreendendo, buscando maior impacto social [com o financiamento] a temas que beneficiem diretamente a sociedade e possibilitem maior interação das universidades com o setor produtivo", disse Correia.

ITA

Correia, que é engenheiro civil, confirmou que deve permanecer à frente da **Capes** até o próximo dia 27, quando voltará a assumir a reitoria do ITA, instituição pública de ensino universitário especializada em ciências e tecnologias aeroespaciais. O ITA está ligado ao Comando da Aeronáutica e fica em São José dos Campos (SP). Segundo ele, a Casa Civil ainda não definiu quem o substituirá na **Capes**. Correia foi reitor do ITA de 2016 a janeiro de 2019, quando assumiu a presidência da **Capes**.

Sobre os desafios, entre eles a limitação orçamentária, enfrentados durante a gestão da **Capes**, Correia afirmou que a execução orçamentária do ano passado foi um dos maiores dos últimos cinco anos. "Cem por cento do orçamento da **Capes** foi executado. E o Ministério da Educação ainda alocou mais R\$ 200 milhões que também já foram empenhados", comentou Correia, declarando estar tranquilo em relação à previsão orçamentária para a **Capes** este ano. "Estamos bem tranquilos com relação a 2020. Conscientes de que o governo federal e o MEC estão atentos às necessidades da **Capes**. Estamos com o orçamento dentro do planejado."

Perguntado sobre o que considera sua principal realização à frente da **Capes**, Correia foi taxativo: "O maior legado que eu acredito é fazer programas que estimulem a transferência de conhecimento ao setor produtivo e tenham impacto social. Então, além de colocar recursos nesta linha, modificamos o sistema de avaliação da **Capes** para estimular estas interações. Ou seja, a **Capes** e o MEC acreditam que as universidades brasileiras têm um potencial imenso que, se bem explorados, podem render imensos recursos ao país, gerando conhecimento para toda a sociedade."

Fonte: Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

topo ↕

DCM - NOTÍCIAS

"O governo brasileiro nos torna alvo de ataques internacionais", avalia especialista
Do Brasil de Fato.

Terceira guerra mundial, aumento da gasolina, terrorismo, vingança. São muitos os alarmes e informações desencontradas – ou mesmo falsas – envolvendo a escalada do conflito entre Irã e Estados Unidos. Nesta entrevista, Ana Penido, que é bolsista **CAPES** de pós-doutorado no Instituto San Tiago Dantas (UNESP/PUC-SP/UNICAMP) e pesquisa sobre profissionalização militar, traz elementos sobre o contexto dos ataques e lembra: enquanto os EUA assumiram autoria de um ataque de

um general a serviço, o Irã reagiu seguindo a lógica da guerra, mirando em alvos militares.

A pesquisadora critica ainda as declarações do governo brasileiro. “Essa fala [de Bolsonaro, oferecendo o Brasil para sediar um encontro de aliados dos EUA] é um verdadeiro crime, pois podemos ser classificados como apoiadores da ação terrorista executada pelo Estado norte-americano”. Leia a entrevista na íntegra:

Brasil de Fato: O Irã está no epicentro da crise geopolítica atual, mas sabemos pouco sobre o país. A mídia comercial pinta uma imagem de um país atrasado, fechado. É isso mesmo?

Ana Penido: Convido os leitores a abrir um mapa, procurar onde fica o Oriente Médio, identificar os países. Os EUA todos sabem onde fica, e o Iraque a maioria lembra da invasão recente, mas e o Irã? Quando perguntados, muitas pessoas se lembram das mulheres usando burkas, que são aqueles longos vestidos pretos. Mas o Irã é um país de 80 milhões de pessoas, com inclusive mais mulheres no parlamento que o Brasil. Sua expectativa de vida é de 76 anos, 95% da população tem acesso a água potável e alimentação, isso num país que tem apenas 10% da sua área cultivável. Além disso, 88% tem saneamento e 85% da população é alfabetizada, 70% usa internet. Parte disso foi conquistado pós revolução iraniana em 1979, quando o petróleo foi estatizado (hoje o país é o quarto produtor do mundo) e o dinheiro usado internamente. Enfim, o Irã é uma República, com presidente, parlamento, judiciário, imprensa, Forças Armadas. Mas diferente da norte-americana, sua república, desde 1979, tem fundamentação religiosa. Mesmo com alguns protestos que ocorreram no ano passado, o governo iraniano é tido em alta conta pela população.

Os protestos contra o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani reuniram milhares de pessoas que pedem “vingança” contra os EUA. Na terça (7) o Irã atacou duas bases militares norte-americanas no Iraque. Na escalada das declarações e das mobilizações de rua, há quem diga que pode estar se aproximando uma guerra mundial. Isso é exagero ou há mesmo nesse risco?

Falar em guerra mundial traz à memória do brasileiro a primeira e segunda, com características muito distintas do que se desenha, portanto não acho o termo adequado. Parece meio novelesco o termo iraniano de “vingança”, mas talvez seja o mais próximo da realidade. A vingança é um prato que se come frio, portanto não cabe pensar na guerra total de um Estado contra o outro por enquanto, ou uma invasão americana por terra, como foi no caso do Iraque. A maioria dos analistas foram surpreendidos com a rápida resposta iraniana. Obviamente, os Estados Unidos têm um poder militar muito superior. A tendência é o Irã adotar um comportamento bem mineiro, comendo pelas beiradas, e sem usar as forças convencionais, típico da guerra irregular. Isso do ponto de vista estratégico. Mas as massas nos funerais empurraram o governo de Teerã para a ação. Soleimani era um militar respeitadíssimo, experimentado em guerras regulares e irregulares, idolatrado pelo povo e visto como um possível sucessor do aiatolá Khamenei. Ele foi morto num voo regular, indo para uma missão diplomática. Ou seja, foi uma emboscada. Ele não era um Osama Bin Laden, era uma das maiores autoridades do seu país. A resposta do Irã ocorreu dentro dos marcos do direito de guerra, atacando alvos militares. Embora não considere Soleimani um criminoso, achei bem didático o comentário do general Etchgoyen. Imagina se os EUA atacassem uma casa brasileira

com mísseis onde eles identificaram uma célula do PCC? Um completo absurdo.

BdF: Quais são os possíveis desdobramentos desse conflito?

Vejo dois cenários, que dependem de uma informação muito controversa na imprensa sobre a morte de americanos nos ataques às bases na terça. Não havendo mortos: Trump pode baixar o tom e não escalar militarmente, ficando apenas nos discursos e aumento da pressão econômica. É ano de eleição e arriscar um conflito aberto contra o Irã é um movimento perigoso.

Havendo mortos dos EUA ou ligados à OTAN: os EUA podem atacar instalações militares iranianas, ou lideranças civis e religiosas. Mesmo assim, o Irã não é neutralizável, então outros ataques aos EUA poderão ocorrer, seja nas cinco bases militares no Iraque (duas atacadas na terça), na 5ª frota dos EUA ou outros. Também podem ser visados alvos israelenses, contando com o apoio do Hezbollah no Líbano e dos Houthis no Iêmen.

Pelo discurso do Trump de quarta (8), parece o cenário 1. Nesse caso, a bola fica com os públicos internos de cada país. Os iranianos estarão satisfeitos com a vingança por hora? Os americanos conservadores percebem isso como recuo? E o partido republicano? Porque os democratas vão bater de todo jeito, apontando a precipitação da ação.

BdF: Já há muitos analistas que criticam a decisão dos EUA de assassinar uma figura como Soleimani e aumentar a temperatura do conflito. Por que você analisa que eles tomaram essa decisão?

Importante deixar claro que o assassinato não foi fruto de ações irregulares, com forças especiais ou serviços secretos. O presidente Trump assumiu diretamente o ataque, e não apresentou nenhuma prova de possíveis planos iranianos que deveriam ser evitados, na mesma atitude de xerife do mundo diante das armas de destruição em massa da época da guerra no Iraque.

Minha hipótese é o poder: disputa pelo xadrez geopolítico de EUA (do chamado Deep State, Estado profundo, para além do Trump) com o Irã. Não é petróleo, nem eleição, nem combate ao terrorismo e nem preocupação com conquistas científicas iranianas. Os EUA querem jogar pesado perante uma força iraniana que não para de crescer, na lógica de se tornar um líder regional (papel que o Brasil almeja na América do Sul). Indo mais longe, os EUA querem sabotar o restabelecimento de uma ordem que implique num retorno de um Eixo de Resistência regional ainda mais forte, tirando de Israel o espaço de manobra que havia conquistado com a desordem em seus vizinhos. Esse tipo de atuação não mira só o Irã, também desestabiliza a mina e destrói a viabilidade dos Estados Sírio, Iraque, Líbano e palestinos. Mas não parece um cálculo racional do Trump para 2020. Ele parece ter percebido a furada e baixou o tom nas últimas declarações.

Mas há muitas respostas para essa pergunta. Uma possibilidade é o cenário eleitoral. Começar uma guerra para agradar os financiadores eleitorais. Mas não necessariamente uma guerra ganha eleições. Elas também já foram perdidas em virtude de guerras. O que ajuda no plano interno é um inimigo externo palpável, mas daí a desdobrar tropas (dinheiro e vidas) americanas é outra história. Trump não tem apoio interno para o

ataque, como era no caso do Iraque. Manifestações foram registradas nos EUA, e não há coesão na opinião pública, e isso não se constrói rapidamente. Além disso, Trump expõe os cidadãos americanos a serem atacados ao redor do globo, com reflexos na segurança das grandes cidades. Também não consultou o legislativo.

Outra hipótese seria que foi um ataque para testar quais armas de fato tem o Irã. O Irã, por causa dos embargos, não podia comprar armamentos, então investiram num programa autóctone de criação de mísseis. Os lançamentos de terça foram com tecnologia iraniana.

Há também a discussão sobre o petróleo. Os EUA têm o suficiente, a questão é negar o uso dos outros. A economia dos EUA vai razoavelmente bem, e o ataque azeda negócios. Nos últimos 20 anos, os EUA gastaram 6 trilhões de dólares em guerra. Numa conta de padaria, daria para acabar com a fome no mundo, com o analfabetismo, ou reverter o aquecimento global.

Uma outra resposta possível seria o ataque para negociar em melhores termos. Mas movimentar-se rapidamente em direções contrárias é um comportamento estratégico arriscado. O que é um ato que aponta para uma escalada e promove uma escalada é seguido por uma atitude contrária, para abaixar a temperatura (o que pode ou não ser uma armadilha). Ou seja, Trump pode atacar esperando que os iranianos assumam uma posição de fazer mais concessões e conseguir o efeito contrário. Ou desejar uma radicalização iraniana, em que eles se estendam demais, deem um passo em falso. Ainda assim ele pode conseguir efeitos inesperados e eventos que pode não conseguir administrar, como retaliações apaixonadas por parte das milícias iraquianas, independentes do comando do Irã.

Outra hipótese é o medo da desmoralização. A revolta no Iraque cercou a embaixada em virtude de bombardeios contra áreas de milícias populares iraquianas. Se os EUA não respondessem, a escalada poderia aumentar. Mas escaladas são imprevisíveis e esse argumento soa como desculpa, assim como a acusação dos planos iranianos para matar americanos. É blefe.

BdF: Como esse quadro altera o quadro de forças na região e no mundo?

1. O Irã não é árabe, e sim persa. Já houve diversas iniciativas de dar unidade à região, mas os EUA sempre trabalharam para desestabilizar essa unidade (assim como no caso da América do Sul). A maior tentativa no século passado seria de unidade árabe, protagonizada pelo Nasser, do Egito. Os EUA sempre identificaram o nacionalismo na região com o comunismo, e trabalharam para vencer isso. Existe uma tendência de fortalecimento de defesa dos sentimentos islâmicos diante das potências extra regionais, até mesmo entre inimigos históricos, como Irã e Iraque. Isso está em debate quanto a permanência dos EUA no Iraque, pois o Irã já vinha aumentando sua influência no governo xiita. Não é produtivo para os Estados Unidos imaginar que vá cooptar o nacionalismo iraquiano ou árabe bombardeando o território do Iraque.

2. Os aliados dos EUA estão com um pé atrás, pois temem ser vítimas de atentados. Vários já se manifestaram que a ideia foi dos EUA, que não foram consultados, como Reino Unido, Canadá e Austrália, e mesmo a própria OTAN. Alguns países estão tirando seus militares de lá, como a Alemanha. A maioria faz críticas ao Irã, mas poucos

sustentaram que o país tem um governo terrorista, como foi o caso do Brasil. A França se solidarizou com o Iraque pelas violações a sua soberania. Até Israel está tirando o corpo fora, embora seu setor de informações certamente tenha se envolvido no ataque.

3. Mostra que soberania, sem força, é retórica. O ataque é uma afronta completa a dois Estados soberanos – Iraque e Irã. Os EUA se percebem como donos do mundo. Qualquer país que desejar ser importante, mesmo regionalmente, tem que se preocupar com autodefesa (individual ou regionalmente). Eles não fariam isso na China ou na Rússia. Mas fizeram no Irã, que tem o mesmo perfil regional do Brasil. É uma reflexão importante para nosso país.

4. Nos próximos dias, precisamos acompanhar o posicionamento da China e Rússia. Putin já esteve em Damasco se encontrou com Bashar al-Assad. O envolvimento de Putin na Síria é atribuído a Soleimani. A China tenta diminuir a temperatura, pois tem relações comerciais com Irã e com a Arábia Saudita, seu maior fornecedor de petróleo. Mas a tendência é ter sua presença ampliada na região, pois com o estrangulamento econômico do Irã, ele se tornará cada vez mais dependente da China. Ciente disso, já ocorreram exercícios militares conjuntos entre Irã, China e Rússia.

5. No ataque, também foi morto Abu Mahdi, chefe de uma milícia iraquiana pró Teerã. As milícias Hashad foram fundamentais para a vitória sobre o Estado Islâmico (ISIS), e são compostas por mais de 40 grupos políticos, não apenas muçumanos, mas também cristãos e outros. Receberam armas e treinamento do Soleimani, e não vão deixar barato.

6. É preciso acompanhar como o ISIS vai atuar, se vai. Enquanto Irã e Arábia Saudita estão ocupados, e o Iraque destruído, sobra espaço. Quanto a isso vale entender um pouco melhor a estratégia que venceu o ISIS e que tem relação com o item anterior. Mais do que exércitos formais, dezenas de grupos de autodefesa se envolveram, por exemplo, na defesa de locais considerados sagrados. Não são apenas muçumanos xiitas e sunitas, mas inclusive cristãos, se juntaram às forças de populares de mobilização no Iraque. Esses grupos têm bastante autonomia, e ficam misturados à população, com poucas necessidades de grandes suprimentos e forte componente ideológico. Soleimani, via forças especiais da guarda revolucionária do Irã, influenciava e coesionava esses grupos. No mesmo perfil, existem grupos no Líbano (em especial o partido político Hezbollah), Síria e Palestina, Ansarullah do Iêmen, no chamado “Eixo de Resistência”. Isto criou uma situação geoestratégica desconfortável para Israel. E, moralmente, afeta os EUA, pois o Irã, uma república fundamentalista, venceu o extremismo religioso e terrorista do ISIS. Não acho que o Irã vá mudar essa estratégia exitosa.

7. Muito difícil imaginar um acordo nuclear com o Irã dificilmente, e desnuclearização da Coreia do Norte nem de brincadeira.

BdF: Quais os impactos disso tudo no preço do petróleo mundo afora?

Precisamos esperar um pouco mais. Num primeiro momento, os preços subiram, mas se isso vai se manter depende das próximas atitudes do Irã, por exemplo, do controle do estreito de Ormuz, muito importante para o transporte de petróleo. Mas economicamente há outra questão importante. O Irã é o quarto maior exportador de petróleo. Tem proposto com Rússia e China as negociações em outra moeda e não no

dólar. O Irã chama os muçumanos (incluindo Turquia) para negociar sem o dólar. Como se comercializa é mais importante do que as reservar nesse sentido.

BdF: Como você avalia esse convite do governo brasileiro para o país sediar encontro entre aliados militares dos EUA para debater os ataques?

Moralmente falando, claro que temos que ser contra a guerra. São vidas, histórias, famílias... Mesmo sendo a continuação da política, é sua forma mais desastrosa e seus efeitos são imprevisíveis.

Pragmaticamente falando, é de uma irresponsabilidade sem precedentes na nossa história, pois vai muito além das perdas comerciais. É bom lembrar que o Irã é o quarto maior destino das exportações de alimentos brasileiros. Mas nos colocar como sede de um encontro que não tem a mínima legitimidade internacional nos transforma em escritório dos EUA, e não há como um país ter respeitabilidade dessa maneira, ou almejar ser um líder regional. Sem falar de medidas ridículas, como proibir a diplomacia de prestar condolências aos cidadãos do Irã. Já avisaram que não participarão desse encontro China, Rússia, França, Iraque, Síria, Turquia, Líbano e os palestinos. Participariam: Afeganistão, Bahreim, Israel, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes.

Outra grave consequência é que um convite como esse nos coloca como possíveis alvos dos ataques de retaliação. Essa fala é um verdadeiro crime, pois podemos ser vistos como apoiadores da ação terrorista executada pelo Estado norte-americano. Ou seja, vai muito além de discordar com a história diplomática brasileira de mediação de conflitos e neutralidade. É expor o povo brasileiro a se tornar alvo de ataques internacionais. Isso sim é um crime contra a nossa defesa nacional. Deveríamos era tirar lições sobre o comportamento dos Estados Unidos no mundo, nos engajar politicamente contra mais uma guerra, e sermos solidários aos povos do Irã e Iraque, que tiveram suas soberanias violadas.

topo 

FATO NEWS - TEMPO REAL

Capex oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica.

O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Residência Pedagógica é uma das ações da **Capex** que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura.

O PIBID permite experiência semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua

portuguesa, matemática e química.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos.

“Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros”, afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários.

Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capex** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

Fonte: DouradosAgora

topo ↕

FOLHA REGIONAL - TEMPO REAL

Pós-graduação: diferencial competitivo para o mercado de trabalho ganha cada vez mais adeptos no Brasil

País contabiliza mais de 122 mil pós-graduandos; região sudeste concentra o maior número de estudantes, com mais de 80 mil ingressantes

O mercado de trabalho é competitivo e até, por que não dizer, “agressivo” quando o assunto são as vagas de destaque em ambientes corporativos. Para muitos profissionais, a especialização é um diferencial competitivo, que ganha cada vez mais adeptos no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o número de ingressantes em cursos de pós-graduação (especialização e MBA) cresce exponencialmente. No último levantamento realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (**Capex**), o Brasil alcançou a marca de mais de 122 mil estudantes da categoria.

Desses, 80 mil estão localizados no Sudeste, considerada a região com maior concentração de acadêmicos do País. Das principais áreas de conhecimento, os números mais expressivos de alunos estão nos cursos das especialidades em Ciências Humanas e Engenharias, Ciências da Computação e Ciências da Saúde.

Salários Melhores

A motivação para a realização de uma pós-graduação está na valorização de cargos e vagas que recebem maior remuneração, devido às suas competências profissionais. Prova disso é o resultado da pesquisa feita, neste ano, pela Catho, site brasileiro de classificados de empregos.

Os resultados confirmaram que a pós-graduação é capaz de aumentar o salário de um colaborador em até 118%. Ou seja, estar preparado para ocupar espaços de destaque é a porta para uma vida financeira mais bem sucedida.

A UNIFEV tornou-se referência em Educação por compreender esse cenário e oferecer, aos profissionais que buscam ainda mais qualificação, ensino de excelência, com um corpo docente titulado e expert em diferentes áreas de conhecimento. Para isso, a Instituição oferece cursos de especialização e MBA.

topo ↕

POLIARQUIA - TEMPO REAL

“O governo brasileiro nos torna alvo de ataques internacionais”, avalia especialista Do Brasil de Fato.

Terceira guerra mundial, aumento da gasolina, terrorismo, vingança. São muitos os alarmes e informações desconstruídas – ou mesmo falsas – envolvendo a escalada do conflito entre Irã e Estados Unidos. Nesta entrevista, Ana Penido, que é bolsista CAPES de pós-doutorado no Instituto San Tiago Dantas (UNESP/PUC-SP/UNICAMP) e pesquisa sobre profissionalização militar, traz elementos sobre o contexto dos ataques e lembra: enquanto os EUA assumiram autoria de um ataque de um general a serviço, o Irã reagiu seguindo a lógica da guerra, mirando em alvos militares.

A pesquisadora critica ainda as declarações do governo brasileiro. “Essa fala [de Bolsonaro, oferecendo o Brasil para sediar um encontro de aliados dos EUA] é um verdadeiro crime, pois podemos ser classificados como apoiadores da

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Capex oferta mais de 60 mil bolsas para formação de professores da educação básica

Vagas são voltadas para alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química

Para melhorar a qualidade da educação brasileira, uma das prioridades do Ministério da Educação (MEC) neste ano é a capacitação de docentes. Por este motivo, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** publicou nesta segunda-feira, 6 de janeiro, no Diário Oficial da União, dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas para a formação de professores da educação básica.

O primeiro edital oferece bolsas para o programa Residência Pedagógica, ação que integra a Política Nacional de Formação de Professores e promove a vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de licenciatura. Já o segundo edital refere-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), direcionado à primeira metade do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior, com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O prazo para cadastro dos projetos cada instituição de ensino superior se encerra em 2 de março e pode ser feito por meio da plataforma da **Capes**. O resultado final da seleção

será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

Na avaliação do presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, a medida visa à melhoria significativa do desempenho dos estudantes nas avaliações dos próximos anos. “O professor é o elo vital da formação das crianças e adolescentes no país. Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros”, disse.

O investimento na formação de professores deve contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O indicador é produzido com base nas informações de duas fontes, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por meio de prova e questionário aplicados a cada dois anos, e o Censo Escolar, respondido anualmente por todas as escolas do país.

A oferta das vagas foi anunciada pelo presidente da **Capes**, em 12 de dezembro do ano passado, na sede da Coordenação, em Brasília.

topo 

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Relatora da PEC do Fundeb critica ministro da Educação

Abraham Weintraub quer que o debate sobre o novo modelo do fundo comece do zero; o Fundeb é responsável por 63% das verbas da educação básica

A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Fundeb na Câmara dos Deputados, voltou a criticar a ideia de “começar do zero” o debate sobre o novo modelo do fundo, defendida nesta quinta-feira (9) pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Criado em 2006, o Fundeb é responsável por 63% das verbas da educação básica e termina no fim de 2020, caso uma reformulação não seja aprovada.

“Imaginar que será possível criar, em um passe de mágica, uma contraproposta à altura, é subestimar o brasileiro e brincar com coisa séria. O Parlamento não vai pagar essa conta e, certamente, não se responsabilizará pelo desmonte da educação básica”, afirmou, em nota, a relatora do Fundeb.

Do orçamento do Fundeb em 2019, de R\$ 156,3 bilhões, a contribuição da União representa a menor parte, cerca de R\$ 14 bilhões. Esta é a chamada complementação, correspondente a 10% da verba do fundo, que é destinada aos Estados que não atingem o valor mínimo de investimento por aluno, definido pelo Ministério da Educação (MEC).

O MEC defende elevar o repasse gradualmente até 15%, enquanto a minuta do relatório apresentado por Dorinha em setembro do ano passado previa aumento até 40%. Segundo a deputada, este não será, necessariamente, o percentual que constará no relatório final, previsto para ser divulgado na volta do recesso parlamentar, em meados de fevereiro.

Dorinha acrescenta que, ao longo da tramitação da PEC, foram realizadas mais de 50 audiências públicas e que a Comissão Especial do Fundeb aguardou a participação do MEC com o apontamento de dados e outros aspectos técnicos.

“[...]Entendo como total desrespeito com a educação básica tentar atropelar esse processo, que, se reiniciado, irá deixar Estados e municípios à mercê de uma tramitação demorada”, diz a nota. Além da PEC, ainda haverá uma lei de complementação a ser votada, destaca Dorinha.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pré-matrícula on-line na rede de ensino de Belém é prorrogada até domingo, 12 As matrículas devem ser feitas pelo site da secretaria a partir desta quinta.

Foi prorrogado até domingo (12) o cadastro para pré-matrícula na rede municipal de ensino de Belém. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (Semec), as matrículas devem ser feitas pelo site da secretaria.

A segunda chamada foi aberta nesta quinta (9), disponibilizando cerca de 15 mil vagas nas escolas do município.

Para se cadastrar para a vaga, é preciso realizar a pré-matrícula e aguardar a confirmação até o dia 15 de janeiro, na escola que foi selecionada na inscrição on-line.

Vagas

Para educação infantil são oferecidas 8.543 novas vagas e para o ensino fundamental são 10.704 novas vagas. E para Educação de Jovens e Adultos (EJA) são 2.782 vagas. A matrícula 2020 inclui vagas para alunos com deficiência.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Procon aponta queda no preço em 19 dos 31 itens mais procurados da lista de material escolar

Comparativo foi feito entre pesquisas de janeiro de 2020 e dezembro de 2019. O órgão constatou variação de até 498% nos preços, em lojas diferentes do Grande Recife.

O Procon de Pernambuco apontou, em janeiro de 2020, uma redução de até 38% no valor de material escolar, em comparação com uma pesquisa realizada em dezembro de 2019. Ao todo, foram analisados preços dos 31 produtos mais procurados para o início do ano letivo. Desses, 19 tiveram queda no preço, seis mantiveram os valores e outros seis tiveram aumento.

Além da redução no preço, o Procon constatou variações de até 498% nos preços de produtos, comparando lojas diferentes. De acordo com o órgão de defesa do consumidor, o produto que mais teve queda foi a massa de modelar, que caiu de R\$ 6,50 para R\$ 4, representando uma diminuição de 38,46%.

O apontador de lápis em metal caiu de R\$ 1,90 para R\$ 1,20, com baixa de 36,84% no preço. Em terceiro lugar vem a caixa com 12 lápis de cor, que saiu de R\$ 19,99 para R\$ 13,80, o que representa queda de 30,97% no preço. Foram pesquisados pelos fiscais do Procon 70 itens. A pesquisa na íntegra pode ser acessada no site do Procon.

A pesquisa do Procon também mostra uma variação de até 498% no preço de produtos entre lojas diferentes. A folha de papel crepom, por exemplo, pode ser encontrada por R\$ 0,50 numa loja e por R\$ 2,99 em outra. O caderno de 10 matérias, de 200 folhas, por

sua vez, teve diferença de 248,48%, podendo ser achado por R\$ 34,50 e R\$ 9,90.

Confira alguns dos itens pesquisados

Lápis preto
Lápis de cor
Caneta esferográfica
Caneta hidrográfica
Giz de cera
Borracha branca
Massa de modelar
Tintas
Fita adesiva
Réguas
Apontador de lápis
Tesoura
Cadernos espiral e brochura
Lancheira
Mochila
Papeleria

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Matrículas na rede municipal para novos alunos com deficiência começam nesta sexta (10), em Manaus

Prazo segue até segunda-feira (13), online ou presencialmente.

As matrículas de novos alunos com deficiência nas escolas da Secretaria Municipal de Educação (Semed) têm início nesta sexta-feira (10). Segundo a Prefeitura de Manaus, estarão abertas vagas para educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O prazo segue até a segunda-feira (13), e o procedimento de solicitação de vaga pode ser feita pelo site, ou presencialmente em escolas da rede pública da capital, com apresentação de laudo médico.

De acordo com a Semed, os responsáveis devem apresentar na unidade de ensino duas fotos 3x4, certidão de nascimento ou carteira de identidade, comprovante de renda e comprovante de escolaridade, além do laudo médico, para a confirmação do encaminhamento. Não é necessário carta ou encaminhamento, uma vez que o aluno já consta no sistema.

Estrutura

A equipe multidisciplinar da Semed é composta por assistente social, psicóloga, pedagoga, psicopedagoga, psicoterapeuta e fonoaudiólogos.

Os alunos da educação especial poderão ser matriculados na escola municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo e nas demais unidades de ensino da rede municipal.

A Semed atende alunos de portadores de deficiência auditiva, visual, autismo,

deficiência intelectual, superdotado e paralisia cerebral, em toda rede, seja na escola municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo, ou nas salas especiais e salas de recursos no contraturno, nas demais unidades de ensino da rede municipal.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

A desigualdade digital invertida

Se fôssemos bons de previsão, que chato seria o mundo! Mas no campo das tecnologias educativas não precisávamos errar tanto.

Nos anos 1980, atreladas aos fenomenais microcomputadores, vieram as promessas de uma revolução digital. Não tardaram as denúncias do digital divide. No “hiato digital” criado, os pobres não teriam computador. E, se o tivessem, como aprenderiam a usá-lo? Porém, com ele enguiçando menos e com a drástica queda de preços, o mundo se encheu de novas maquininhas, incluindo tablets e smartphones. Usá-las revelou-se mais simples do que o imaginado. Nem mais há “cursos de computador”. O borracheiro da esquina tem o seu e, também, um telefone inteligente. Faleceu o digital divide?

Na escola, previam-se tecnologias digitais para os ricos e meros professores para o poverão. Por muito tempo, nem uma coisa nem outra. Passaram-se os anos, e o computador não conseguiu mudar eficazmente a sala de aula — se é que chega a ela. Pesquisas após pesquisas mostram que não melhora o aprendizado.

No entanto, alunos têm as tais maquininhas em casa e fazem bom uso delas, melhorando seu desempenho. Em programas fora do circuito acadêmico tradicional, como o EAD — o ensino a distância —, elas são adotadas e mostram bons resultados. Mas, na escola, tecnologia é só Xerox e PowerPoint. Com meio século de computadores, nada mudou na sala de aula tradicional, nem para ricos nem para pobres. O digital divide é entre a escola formal e o resto do ensino, em que borbulham tecnologias.

Publicidade

“Passaram-se os anos, e o computador não conseguiu mudar eficazmente a sala de aula”

Contudo, uma nova geração de escolas privadas americanas, voltadas para alunos pobres, entrou pesadamente no uso das tecnologias digitais — em uma tentativa de substituir os professores. Como os ricos continuam com suas salas de aula tradicionais, estaríamos caminhando para um digital divide invertido? Os ricos ficariam com os professores e os pobres, com os computadores?

Como é um desafio hercúleo encontrar bons professores para todos os estudantes, a solução parece promissora. Aplicativos inteligentes, produzidos por professores criativos, substituiriam com vantagem os professores medíocres que se consegue recrutar para grande parte das escolas.

Outra surpresa! As avaliações mostram que, sobretudo com alunos carentes, mesmo os melhores aplicativos não estão à altura do desafio. Pesquisas de S. Turkle já haviam sugerido que jogos criados para ensinar ciências eram consumidos pelos estudantes como quaisquer outros. Os alunos jogavam, ganhavam ou perdiam, mas não prestavam a mais mínima atenção nos princípios científicos neles embutidos. Só a presença humana, acompanhando os jovens, podia induzi-los a entender a ciência que o jogo

tentava ensinar.

Estamos diante de uma situação semelhante. Sem o professor acompanhando, encorajando e ajudando, os estudantes aprendem muito pouco com as maquininhas. Parece que, para essa clientela mais arredia ao mundo da escola, o computador sozinho não dá conta do desafio. Falecerá também o digital divide invertido? Será uma pena se isso acontecer, pois há uma grande promessa na sinergia entre máquina e humanos presentes.

Quem se habilita a fazer mais uma predição sobre o uso de tecnologia?

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Os tuítes mais ‘imprecionantes’ de Weintraub

Além de escrever paralização e trocar Kafka por kafta, o ministro da Educação já usou e abusou do Twitter para gracinhas

Dançando na chuva

O primeiro tuíte viral do ministro da Educação foi em maio de 2019, quase um mês após sua posse. Na ocasião, Abraham Weintraub publicou um vídeo dele mesmo imitando Gene Kelly em Cantando na Chuva (1959) para negar a informação de que as obras do Museu Nacional estariam atrasadas por causa do MEC.

A cadela de esquerda

Desde antes de assumir o MEC, Weintraub nunca escondeu sua mágoa com a esquerda. Em 29 de setembro, fez questão de contar aos seus seguidores que sua cadela, Capitu, é de esquerda – e que, portanto, tudo o que ela “faz” em público vai para o lixo.

“Abe is out”

Ninguém entendeu muito bem a brincadeira na hora, mas em outubro do ano passado, ao anunciar o descontinenciamento dos recursos das universidades federais, o ministro deixou a entrevista coletiva com um óculos pixelado (referência aos memes da internet) e a frase “Abe is out”. Depois, foi a público explicar que Abe é um diminutivo de Abraham e que a frase era o equivalente a um “sextou”.

Paulo Freire de Halloween

Em mais uma das suas pinimbas com a esquerda e, claro, com o patrono dos educadores brasileiros, Weintraub comentou, na tarde de 21 de outubro, que “olhando do alto, Paulo Freire é ainda mais feio”, em referência ao monumento dedicado ao educador.

Ataque a seguidora

No feriado da Proclamação da República, outro show de tuítes – desta vez, não tão engraçadinhos. Após ter sido criticado por uma seguidora por causa de sua defesa ao Império, o ministro atacou a família da internauta.

A crítica por engano

No dia de Natal, Weintraub surpreendeu os internautas ao compartilhar um tuíte do youtuber Nando Moura – um ex-apoiador de Bolsonaro. A postagem dizia que o presidente teria traído o ministro da Justiça, Sérgio Moro, ao sancionar a figura do juiz de garantia. Weintraub apagou a postagem e disse que foi engano.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub consolida-se como ministro constrangedor

Colunista do UOL

A ignorância é a matéria mais bem distribuída entre os seres humanos. Todo mundo desfruta da companhia da ignorância em alguma proporção, só que em assuntos diferentes. O segredo para lidar com o fenômeno é o seguinte: o pouco que a gente sabe coloca na vitrine. O muito que a gente ignora esconde no porão. O diabo é que Abraham Weintraub decidiu imitar o chefe, exibindo-se nas redes sociais. Implacável, o Twitter expõe a ignorância em poucos toques. Sem retoques.

O ministro da Educação já ofereceu ao país inúmeras demonstrações de que trava com a língua portuguesa um relacionamento tumultuado. Weintraub cultiva uma paixão pelo erro. E o seu sentimento é plenamente correspondido. No penúltimo vexame, o chefe do MEC escorregou ao comentar no Twitter um elogio que recebera do Zero Três Flávio Bolsonaro por ter lançado, em parceria com Sergio Moro, um programa de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado sobre Segurança Pública.

O mais "imprecionante", escreveu o ministro, é que não havia pesquisa sobre Segurança. Ele grafou impressionante assim, com "C". Ninguém está livre de cometer erros de português. Mas a galeria de Weintraub, vasta e diversificada, impressiona. Sobretudo quando se recorda que o personagem, crítico mordaz das insuficiências estudantis, administra o Enem, cuida das políticas públicas ligadas à alfabetização.

A reiteração dos erros de português seria embaraçosa para qualquer ministro da Educação. Entretanto, para um ministro conhecido pela agressividade com que desqualifica os adversários nas redes sociais, o flagelo é ainda mais constrangedor. A essa altura, considerando-se a mercadoria que Weintraub foi (in)capaz de levar à vitrine, é "imprecionante" que os "çábios" de Brasília ainda não tenham notado que o MEC está acéfalo no alvorecer do segundo ano do governo de Jair Bolsonaro.

GR NEWS - TEMPO REAL

Presidente da Capes destaca mudança em modelo de avaliação dos projetos

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), **Anderson Correia**, que em breve vai assumir a reitoria do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), declarou ontem (8) que, em sua gestão, o órgão adotou um novo modelo de seleção dos projetos que são financiados por bolsas de estudo da instituição.

“Estamos reestruturando a forma de fomentar [a formação de mão de obra qualificada], trazendo mais recursos direcionados a temas específicos”, declarou Correia durante a apresentação, em Brasília, do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses.

Lançado pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e da Educação, Abraham Weintraub, o novo programa de cooperação acadêmica será executado pela **Capes**, a exemplo de outras duas iniciativas semelhantes lançadas no ano passado:

o Procad Amazônia e o Procad Defesa.

Pouco mais de R\$ 7 milhões estão sendo investidos no Procad Amazônia para custear cerca de 80 projetos de pesquisa acadêmica que ajudem não só na proteção do bioma, mas também na consolidação das redes de pesquisa da Amazônia Legal, região que abrange a nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão). Já o Procad Defesa deve receber R\$ 13,5 milhões para financiar a cooperação entre instituições civis e militares responsáveis por projetos de formação de recursos humanos e de pesquisas científicas e tecnológicas na área da Defesa.

O Procad Segurança Pública e Ciências Forenses, por sua vez, receberá um aporte de R\$ 10,1 milhões, beneficiando pesquisadores que desenvolvam estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com vista à melhoria das ações em segurança pública. Do total, R\$ 6 milhões virão do caixa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, ao longo de quatro anos. Outros R\$ 2,1 milhões virão da Polícia Federal (PF) e R\$ 2 milhões da própria **Capes**. Os valores das bolsas concedidas vão variar conforme o nível acadêmico dos contemplados: R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós-doutorado.

“Este programa está inserido na mudança do modelo de avaliação que a **Capes** vem empreendendo, buscando maior impacto social [com o financiamento] a temas que beneficiem diretamente a sociedade e possibilitem maior interação das universidades com o setor produtivo”, disse Correia.

ITA

Correia, que é engenheiro civil, confirmou que deve permanecer à frente da **Capes** até o próximo dia 27, quando voltará a assumir a reitoria do ITA, instituição pública de ensino universitário especializada em ciências e tecnologias aeroespaciais. O ITA está ligado ao Comando da Aeronáutica e fica em São José dos Campos (SP). Segundo ele, a Casa Civil ainda não definiu quem o substituirá na **Capes**. Correia foi reitor do ITA de 2016 a janeiro de 2019, quando assumiu a presidência da **Capes**.

Sobre os desafios, entre eles a limitação orçamentária, enfrentados durante a gestão da **Capes**, Correia afirmou que a execução orçamentária do ano passado foi um dos maiores dos últimos cinco anos. “Cem por cento do orçamento da **Capes** foi executado. E o Ministério da Educação ainda alocou mais R\$ 200 milhões que também já foram empenhados”, comentou Correia, declarando estar tranquilo em relação à previsão orçamentária para a **Capes** este ano. “Estamos bem tranquilos com relação a 2020. Conscientes de que o governo federal e o MEC estão atentos às necessidades da **Capes**. Estamos com o orçamento dentro do planejado.”

Perguntado sobre o que considera sua principal realização à frente da **Capes**, Correia foi taxativo: “O maior legado que eu acredito é fazer programas que estimulem a transferência de conhecimento ao setor produtivo e tenham impacto social. Então, além de colocar recursos nesta linha, modificamos o sistema de avaliação da **Capes** para estimular estas interações. Ou seja, a **Capes** e o MEC acreditam que as universidades brasileiras têm um potencial imenso que, se bem explorados, podem render imensos recursos ao país, gerando conhecimento para toda a sociedade.” Com Agência Brasil

topo ↕

JORNAL OPÇÃO - ON LINE

Ministro da Educação escreve “imprecionante” em resposta no Twitter Abraham Weintraub falava sobre incentivo de R\$ 10,1 milhões em bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas na área de segurança pública

Os ministros Abraham Weintraub, da Educação, e Sergio Moro, da Justiça e Segurança Pública lançaram nesta quarta-feira, 8, o Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) em Segurança Pública e Ciências Forenses. Serão R\$ 10,1 milhões investidos em bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, com o objetivo de incentivar pesquisas na área de segurança pública.

Durante um pronunciamento feito em um vídeo do Twitter, Weintraub comentou: “Hoje nós temos um admirável mundo novo, que existe uma série de tecnologias sendo desenvolvidas que são importantes para a área da segurança pública, e nós precisamos de mais estudos sobre segurança pública, em particular sobre o emprego dessas novas tecnologias, como nós podemos podemos utilizá-las”.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), R\$ 6 milhões do financiamento virão de recursos da Secretaria Nacional de Segurança Pública, R\$ 2,1 milhões da Polícia Federal e R\$ 2 milhões da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O edital será lançado em 15 dias e a seleção vai ser feita por consultores da instituição.

Gafes

O deputado Carlos Bolsonaro (PSL) elogiou a iniciativa dos dois ministros pelo Twitter e, em resposta, Weintraub escreveu “imprecionante” e “pós doutorados” sem hífen.

“Nunca tivemos no Brasil uma pesquisa feita por órgão oficial sobre o uso defensivo de armas de fogo. Só existiu uso ofensivo para exatamente demonizá-las. Seria interessante apoiar um projeto assim, caso haja oportunidade” publicou o deputado.

Para respondê-lo, o ministro escreveu: “Caro @BolsonaroSP, agradeço seu apoio. Mais imprecionante: Não havia a área de pesquisa em Segurança Pública. Agora, pesquisadores em mestrados, doutorados e pós doutorados poderão receber bolsas para pesquisar temas, como o mencionado por ti, que gerem redução da criminalidade.”

A postagem logo foi excluída da conta de Weintraub, mas usuários já haviam tirado print e repercutido nas redes sociais.

Não é a primeira vez que o ministro da Educação comete erros ortográficos. Ele já escreveu, por exemplo, “paralizaçãõ” e “suspensãõ” em outras ocasiões.

topo ↕

O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL

Novo programa incentiva pesquisa na área de segurança pública

O Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançaram na quarta-feira (8) o Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) em Segurança Pública e Ciências Forenses. O objetivo do programa, que foi lançado em uma cerimônia que reuniu os ministros Sergio Moro e Abraham Weintraub, é estimular pesquisas que auxiliem as forças de segurança no enfrentamento e na solução de crimes.

A expectativa é que os estudos permitam, entre outras coisas, o mapeamento das redes de tráfico e mais precisão na identificação da autoria de crimes por meio de exames de DNA. Com isso, o governo vai destinar R\$ 10,1 milhões para bolsas de pesquisa em mestrado, doutorado e pós-graduação que visem a segurança pública e o enfrentamento à criminalidade.

Também espera-se que o combate à corrupção seja aperfeiçoado por meio do uso da inteligência artificial no mapeamento da lavagem de dinheiro. O projeto ainda pretende desenvolver tecnologias para blitz de trânsito que ajudem a identificar se o motorista está sob efeito de drogas ilícitas. Estudos focados em crimes ambientais, medicina legal e respostas a desastres também são visados pelo governo.

A iniciativa é voltada para universidades públicas, federais e estaduais, e instituições privadas. Programas já existentes na **Capes** poderão se inscrever a partir da publicação do edital do Procad em Segurança Pública e Ciências Forenses, previsto para as próximas semanas. Cada projeto selecionado poderá permanecer em pesquisa por até 5 anos. (João Fernandes com Congresso em Foco)

topo ↕

PARNAÍBA EM NOTA - TEMPO REAL

Matrículas do PROFHISTÓRIA serão realizadas nos dias 21 e 22 de janeiro em Parnaíba

As matrículas da primeira turma da UESPI no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) serão realizadas nos dias 21 e 22 de janeiro, das 9h às 12h e das 14h às 17h. Os candidatos classificados no Exame Nacional de Acesso para 2020, dentro do quadro de vagas, deverão comparecer ao Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI, para a realização de suas respectivas matrículas.

O curso tem início autorizado para o mês março, com oferta de 20 vagas oferecidas pelo PROFHISTÓRIA da UESPI. Em caso de ausência ou desistência na matrícula, os demais candidatos que estão aguardando vaga poderão ser convocados para substituição.

O PROFHISTÓRIA é um programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, de caráter público e inteiramente gratuito, sendo ofertado em Rede Nacional, com o objetivo proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio).

O curso tem a duração de dois anos, é presencial, com oferta simultânea em todo o Brasil, em mais de 35 universidades participantes. O programa busca a formação continuada de professores de História voltados para a inovação na sala de aula. O egresso do PROFHISTÓRIA receberá o título de Mestre em Ensino de História, com qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História.

Documentação para a matrícula:

- a) Ficha de Matrícula preenchida;
- b) Requerimento de Matrícula Institucional preenchido e assinado;

- c) Diploma de Graduação (original e cópia), conforme exigido pelo PROFHISTÓRIA, ou Certidão de Conclusão de Graduação (original), expedida com prazo máximo de 30 (trinta) dias antes da data da matrícula, acompanhada de Termo de Compromisso preenchido e assinado para entrega do Diploma de Graduação no prazo de 90 (noventa) dias;
- d) Histórico Escolar de Graduação (original e cópia);
- e) Documento de Identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF), podendo ser somente o documento de identidade, caso conste o número do CPF (original e cópia);
- f) 02 (duas) fotos 3×4 recentes;
- g) Certidão de quitação eleitoral (original e cópia);
- h) Certidão de Quitação com o Serviço Militar, para o sexo masculino (original e cópia);
- i) Contracheque dos últimos três meses, ato de nomeação, contrato ou registro em Carteira de Trabalho que indique atuação docente no Ensino Básico (original e cópia); e
- j) Declaração assinada pela direção da escola onde trabalha, com firma reconhecida e expedida com prazo máximo 30 (trinta) dias antes da data da matrícula, comprovando que atua como professor(a) efetivo(a) na referida Instituição de Ensino e se encontra “no exercício da docência de História no Ensino Básico” (original).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC endossa suavização de livros comentada por Bolsonaro, mas não especifica mudanças

Presidente e ministro não souberam apontar qualquer exemplo de doutrinação que tenha sido encontrado

BRASÍLIA - Apesar do desejo do presidente Jair Bolsonaro de "suavizar" livros didáticos a partir de 2021, o conteúdo dos materiais distribuídos nas escolas públicas não deverá sofrer mudanças drásticas, segundo o secretário executivo do Ministério da Educação, Antonio Paulo Vogel.

"O livro didático é um livro de ensino, e acabou. As matérias estavam todas lá. Não há nenhuma grande novidade nessa história. Vamos deixar acontecer. Os senhores vão vendo à medida em que for acontecendo", frisou Vogel ao ser questionado sobre as novas características dos conteúdos.

Diante da insistência de jornalistas sobre quais serão os reflexos práticos da "suavização" nos livros, o secretário executivo disse que não tinha mais nada a falar sobre isso. Também não disse se algum problema de "doutrinação" foi identificado nos livros didáticos atualmente em circulação.

"Não tenho mais o que comentar. Os editais vão sair no momento correto. Os livros serão entregues no momento correto. Não vai ter nada, enfim, de muito diferente. Não tenho mais o que falar", encerrou.

As declarações foram feitas durante café da manhã oferecido a jornalistas pelo ministro Abraham Weintraub. O chefe do MEC usou a ocasião para fazer um balanço da gestão e para apresentar resultados de 2019. Na apresentação, o ministro também defendeu o "fim da doutrinação" via livros.

"O livro didático, a função é ensinar. A função não é doutrinar. É como foi o Enem. Em qual questão tentamos doutrinar? Zero. O que a gente quer fazer não é doutrinar, é simplesmente que elas vão para a escola e voltem melhores do que foram", disse.

O comentário de Bolsonaro sobre livros foi feito em fala direcionada a apoiadores que o aguardavam em frente ao Palácio da Alvorada, na última sexta-feira, 3. "Os livros hoje em dia, como regra, é um montão, um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo", afirmou o presidente.

Em uma transmissão ao vivo ao lado do presidente na última terça-feira, 7, Weintraub garantiu que a pasta deu uma "boa limpada" no material didático. "Já saiu muita porcaria, mas ainda vai (sair) alguns (livros) que a gente não gosta", disse Weintraub.

Novo Fundeb

O MEC trabalha para encaminhar ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição para um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O texto propõe aumento de 10% para 15% no volume de recursos repassados pelo governo federal a Estados e municípios.

"É um aumento expressivo. Os Estados, para receber recursos, têm que adotar critérios de desempenho, têm que mostrar resultados. É importante também dizer que há uma proposta de redistribuir recursos baseada nos municípios que mais precisam. Hoje, tem município pobre em Estado "rico" que é pouco atendido. E municípios ricos em Estados pobres que recebem os recursos. Então, isso a gente corrige também", disse.

A criação de um novo Fundeb já vinha sendo debatida por Executivo e Legislativo. Mais detalhes do texto não foram apresentados pela cúpula do MEC porque a proposta ainda está em discussão. "O governo é composto por MEC e diversos outros ministérios e áreas. Acho prudente a gente só comentar quando formos encaminhar ao Congresso. Obviamente, sempre uma coisa ou outra pode ser ajustada ao longo do processo", disse o secretário executivo da pasta, Antonio Vogel.

FNDE

Há uma expectativa sobre a relação do Congresso com o MEC por causa da exoneração de Rodrigo Dias do cargo de presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no dia 23 de dezembro, seis meses após ele assumir a função.

Desde a demissão, são esperados atritos na relação de Weintraub com a Câmara dos Deputados porque Dias é ligado ao presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Autarquia vinculada ao MEC com orçamento que se aproxima dos R\$ 60 bilhões, o FNDE tem o papel de garantir alguns dos principais programas de financiamento da educação. Entre eles, programas que vão de alimentação e transporte escolar ao Financiamento Estudantil (Fies).

Para substituir Rodrigo Dias, a escolhida foi Karine Silva dos Santos. Segundo o

ministério, a definição levou em conta o perfil técnico da servidora que atua no FNDE desde 2009.

Ela comentou nesta quinta-feira, 9, a suspensão do processo licitatório, no valor de R\$ 3 bilhões, para compra de notebooks relacionada ao programa Escola Conectada. A presidente disse que outro edital pode ser lançado. "Ele foi suspenso preventivamente pelo pregoeiro do FNDE em função de algumas indicações de que o processo não estava adequado tecnicamente. Não há indício de fraude, de desvio", disse Karine dos Santos, antes de prosseguir. "Estamos trabalhando a possibilidade de elaborar um novo edital para um novo processo administrativo".

Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) apontou irregularidades no edital. Entre elas, "inconsistências entre a demanda prevista e os quantitativos dos equipamentos licitados" e "indícios de acordo prévio entre empresas participantes".

Impressionante

Abordado pelo Estado ao entrar em um elevador na sede do ministério, Abraham Weintraub preferiu não comentar o erro ortográfico que cometeu na quarta-feira, 8. No Twitter, o chefe da pasta da Educação escreveu "imprecionante" em vez de "impressionante".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Weintraub defende ‘começar do zero’ discussão sobre Fundeb no Congresso
Proposta elaborada pelo ministério deve chegar para os congressistas após o recesso parlamentar, diz o ministro da Educação.**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a dizer nesta quinta-feira (9) que vai encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reformulação do Fundeb, o fundo para a educação básica, apesar de os parlamentares estarem discutindo o tema há alguns meses.

Weintraub afirmou que a proposta elaborada pelo ministério deve chegar para os congressistas após o recesso parlamentar e admitiu que, com isso, o debate deve “começar do zero”. Ainda assim, minimizou qualquer dificuldade em relação ao prazo apertado, já que a legislação atual extingue o fundo ao fim deste ano.

“Como não está andando [a discussão sobre o Fundeb no Congresso], como não está funcionando, nós vamos chegar com uma proposta redonda que tem que passar rápido porque ano que vem acaba. É uma PEC, vai começar do zero, mas todo mundo conhece o assunto. Desde abril, estamos conversando com parlamentares sobre nossa proposta. Desde abril estou conversando com a Professora Dorinha [DEM-TO]. Não vejo problema nenhum, a PEC vai ser muito bem recebida, ainda mais que vai ter muito mais parlamentares envolvidos com educação”, disse.

“Educação e ensino no Brasil tinham ficado com uma área que só parlamentares de esquerda poderiam opinar e, ao longo do ano, vi surgirem demandas muito grandes de todos os lados da sociedade para participar do processo”, complementou.

Weintraub falou sobre o assunto durante entrevista coletiva convocada para fazer um balanço das ações tomadas pelo ministério ao longo de 2019. O ministro voltou a dizer

que, pela proposta a ser apresentada, o governo vai elevar de 10% para 15% a contribuição da União ao fundo.

Citada pelo ministro da Educação, a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da PEC sobre o tema que tramita na Câmara dos Deputados, chamou de “descabida” e “irresponsável” a ideia do governo de apresentar um novo projeto sobre o assunto.

Na entrevista, Weintraub explicou também que a União vai exigir contrapartidas dos municípios. Por fim, adiantou que será apresentada uma nova forma de distribuição dos recursos para evitar distorções.

"Os Estados para receber recursos têm que adotar critério de desempenho, se não vamos chamar para entender o que está acontecendo e, no limite, o estado ou município acaba punido. Há uma proposta de redistribuir os recursos baseados nos municípios que mais precisam. Hoje existe município pobre em estado rico que não é atendido [pelo Fundeb] e municípios em Estados pobres que recebem os recursos, isso é corrigido também. Estamos mudando a técnica e garantindo que todas as crianças no Brasil tenham recurso financeiro mínimo para ser alfabetizada", disse.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC vai enviar ao Congresso proposta com novas regras para o Fundeb

O governo federal encaminhará, em breve, ao Congresso Nacional, uma proposta de mudança nas regras de financiamento do ensino básico. Hoje (9), ao apresentar as realizações do Ministério da Educação (MEC) em 2019, o ministro Abraham Weintraub disse que o governo não desistiu de ver aprovada sua própria proposta de aumento da contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto este ano, em permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir a PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

"Ao longo deste ano [2019], tentamos colocar o novo Fundeb com propostas que acreditamos pertinentes. Infelizmente, não andou na direção e na velocidade que queríamos. Diante desse quadro, estamos encaminhando [ao Congresso] uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional]", disse Weintraub.

O governo federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

"É um aumento expressivo. Além de aumentar o volume de recursos, cobraremos resultados para receber esses recursos. Estados e municípios terão que adotar critérios de desempenho e mostrar resultados", disse Weintraub.

Fundeb

Criado em 2006, para vigorar até 2020, o Fundeb é, hoje, a principal fonte de financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

Em 2019, só a União destinou R\$ 14,3 bilhões aos estados. Dados da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para discutir a PEC 15/2015, apontam que, caso a proposta de ampliar a participação da União dos atuais 10% para 40% em 2031 seja aprovada, o impacto orçamentário da mudança será da ordem de R\$ 279,8 bilhões.

Pisa

O ministro Weintraub disse que a meta da pasta é fazer com que o Brasil avance no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), índice que avalia o nível da educação básica no mundo.

"Esperamos tirar o Brasil da última posição na América do Sul e colocar ele, até 2030, na primeira posição. Sendo que esperamos já ter resultados no próximo Pisa. E este ano vão aparecer muito mais resultados. Vai aparecer rápido. Já no primeiro trimestre vai ter muito mais números mostrando melhoras".

Em 2018, o Pisa foi aplicado para 600 mil estudantes de 79 países e regiões. O Brasil, onde cerca de 10,7 mil estudantes de 638 escolas fizeram as provas, obteve, em média, 413 pontos em leitura, 384 pontos em matemática e 404 pontos em ciências. Na avaliação anterior, aplicada em 2015, o Brasil obteve, 407 em leitura, 377 em matemática e 401 em ciências. Apesar da pequena melhora nas pontuações, o resultado revelou que apenas dois de cada 100 estudantes brasileiros atingiram os melhores desempenhos em, pelo menos, uma das disciplinas avaliadas. Além disso, o Brasil ficou abaixo das médias dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"Vamos sair da última posição da América do Sul. O fundo do poço foi 2018", garantiu o ministro.

A TRIBUNA - MT - TEMPO REAL

Educação : Capes aponta mudança em modelo de avaliação dos projetos

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, que em breve vai assumir a reitoria do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), declarou ontem (8) que, em sua gestão, o órgão adotou um novo modelo de seleção dos projetos que são financiados por bolsas de estudo da instituição.

“Estamos reestruturando a forma de fomentar [a formação de mão de obra qualificada], trazendo mais recursos direcionados a temas específicos”, declarou Correia durante a apresentação, em Brasília, do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses.

Lançado pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e da Educação, Abraham Weintraub, o novo programa de cooperação acadêmica será executado pela **Capes**, a exemplo de outras duas iniciativas semelhantes lançadas no ano passado: o Procad Amazônia e o Procad Defesa.

Pouco mais de R\$ 7 milhões estão sendo investidos no Procad Amazônia para custear cerca de 80 projetos de pesquisa acadêmica que ajudem não só na proteção do bioma, mas também na consolidação das redes de pesquisa da Amazônia Legal, região que abrange a nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão). Já o Procad Defesa deve receber R\$ 13,5 milhões para financiar a cooperação entre instituições civis e militares responsáveis por projetos de formação de recursos humanos e de pesquisas científicas e tecnológicas na área da Defesa.

O Procad Segurança Pública e Ciências Forenses, por sua vez, receberá um aporte de R\$ 10,1 milhões, beneficiando pesquisadores que desenvolvam estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com vista à melhoria das ações em segurança pública. Do total, R\$ 6 milhões virão do caixa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, ao longo de quatro anos. Outros R\$ 2,1 milhões virão da Polícia Federal (PF) e R\$ 2 milhões da própria **Capes**. Os valores das bolsas concedidas vão variar conforme o nível acadêmico dos contemplados: R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós-doutorado.

“Este programa está inserido na mudança do modelo de avaliação que a **Capes** vem empreendendo, buscando maior impacto social [com o financiamento] a temas que beneficiem diretamente a sociedade e possibilitem maior interação das universidades com o setor produtivo”, disse Correia.

ITA

Correia, que é engenheiro civil, confirmou que deve permanecer à frente da **Capes** até o próximo dia 27, quando voltará a assumir a reitoria do ITA, instituição pública de ensino universitário especializada em ciências e tecnologias aeroespaciais. O ITA está ligado ao Comando da Aeronáutica e fica em São José dos Campos (SP). Segundo ele, a Casa Civil ainda não definiu quem o substituirá na **Capes**. Correia foi reitor do ITA de 2016 a janeiro de 2019, quando assumiu a presidência da **Capes**.

[topo](#)

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica.

O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Residência Pedagógica é uma das ações da **Capex** que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura.

O PIBID permite experiência semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as

áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos.

"Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros", afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários.

Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capex** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

Com informações do Ministério da Educação

topo 

INFONET - TEMPO REAL

Capex oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica. O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Residência Pedagógica é uma das ações da **Capex** que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura. O PIBID permite experiência semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos. "Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros", afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de

R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

Fonte: Agência Brasil

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

JORNAL OPÇÃO - ON LINE

Ministro da Educação escreve “imprecionante” em resposta no Twitter Abraham Weintraub falava sobre incentivo de R\$ 10,1 milhões em bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas na área de segurança pública

Os ministros Abraham Weintraub, da Educação, e Sergio Moro, da Justiça e Segurança Pública lançaram nesta quarta-feira, 8, o Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) em Segurança Pública e Ciências Forenses. Serão R\$ 10,1 milhões investidos em bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, com o objetivo de incentivar pesquisas na área de segurança pública.

Durante um pronunciamento feito em um vídeo do Twitter, Weintraub comentou: “Hoje nós temos um admirável mundo novo, que existe uma série de tecnologias sendo desenvolvidas que são importantes para a área da segurança pública, e nós precisamos de mais estudos sobre segurança pública, em particular sobre o emprego dessas novas tecnologias, como nós podemos podemos utilizá-las”.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), R\$ 6 milhões do financiamento virão de recursos da Secretaria Nacional de Segurança Pública, R\$ 2,1 milhões da Polícia Federal e R\$ 2 milhões da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O edital será lançado em 15 dias e a seleção vai ser feita por consultores da instituição.

Gafes

O deputado Carlos Bolsonaro (PSL) elogiou a iniciativa dos dois ministros pelo Twitter e, em resposta, Weintraub escreveu “imprecionante” e “pós doutorados” sem hífen.

“Nunca tivemos no Brasil uma pesquisa feita por órgão oficial sobre o uso defensivo de armas de fogo. Só existiu uso ofensivo para exatamente demonizá-las. Seria interessante apoiar um projeto assim, caso haja oportunidade” publicou o deputado.

Para respondê-lo, o ministro escreveu: “Caro @BolsonaroSP, agradeço seu apoio. Mais imprecionante: Não havia a área de pesquisa em Segurança Pública. Agora, pesquisadores em mestrados, doutorados e pós doutorados poderão receber bolsas para pesquisar temas, como o mencionado por ti, que gerem redução da criminalidade.”

A postagem logo foi excluída da conta de Weintraub, mas usuários já haviam tirado print e repercutido nas redes sociais.

Não é a primeira vez que o ministro da Educação comete erros ortográficos. Ele já escreveu, por exemplo, “paralização” e “suspensão” em outras ocasiões.

topo ↕

MEIA HORA - TEMPO REAL

Ministro da Educação escorrega na ortografia, escreve imprecionante e apaga post Abraham Weintraub cometeu um erro ao responder o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) na rede social e dizer que um fato era "imprecionante". A grafia correta é impressionante

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, cometeu um erro de português em uma publicação em sua conta no Twitter nesta quarta-feira. Ao responder o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) na rede social disse que um fato era "imprecionante". A grafia correta é impressionante.

Várias pessoas chamaram sua atenção para o erro e a publicação foi apagada.

Weintraub estava agradecendo à mensagem de Eduardo Bolsonaro. O filho do presidente da República publicou a seguinte mensagem: "Ministros @AbrahamWeint e @SF_Moro nunca tivemos no Brasil uma pesquisa feita por órgão oficial sobre o uso defensivo de armas de fogo. Só existiu uso ofensivo para exatamente demonizá-las. Seria interessante apoiar um projeto assim, caso haja oportunidade".

O chefe do MEC respondeu: "Caro @BolsonaroSP, agradeço seu apoio. Mais imprecionante: Não havia a área de pesquisa em Segurança Pública. Agora, pesquisadores em mestrados, doutorados e pós doutorados (grafia correta seria pós-doutorados) poderão receber bolsas para pesquisar temas, como o mencionado por ti, que gerem redução da criminalidade."

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apagou a publicação - Reprodução
O diálogo foi sobre o anúncio de que o Governo Federal vai oferecer R\$ 10,1 milhões em bolsas de estudos para combater crimes no país. O programa foi apresentado nesta quarta-feira (8) pelos ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, em Brasília.

O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses será desenvolvido com bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes).

Weintraub já cometeu outros erros ortográficos publicamente. Já escreveu "paralização" e "suspensão". As palavras corretas são paralisação e suspensão.

topo ↕

NOVA NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministérios vão investir R\$ 10 milhões em pesquisas de enfrentamento de crimes
Avaliar e encontrar soluções tecnológicas para melhorar a segurança pública no Brasil. É para isso que os ministérios da Educação e da Justiça e Segurança Pública lançam nesta quarta-feira, 8 de janeiro, o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses. Serão investidos R\$ 10,1 milhões para estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado na área.

As pesquisas científicas irão auxiliar as forças de segurança principalmente no enfrentamento ao crime no país. Os estudos poderão traçar a origem de drogas e mapear

redes de tráfico, identificar com precisão a autoria de crimes, por meio de exames de DNA em objetos, pessoas, corpos carbonizados e vítimas de violência sexual, além de ajudar no mapeamento de lavagem de dinheiro por meio de inteligência artificial e combater crimes de corrupção, pedofilia e invasão de privacidade com o uso do rastreamento.

Um dos projetos, por exemplo, pretende desenvolver tecnologias para serem usadas em blitz de trânsito, identificando se o motorista está sob efeito de drogas ilícitas. Também haverá estudos focados em crimes ambientais, em medicina legal e respostas a desastres.

O trabalho vai envolver, além dos dois ministérios, a Polícia Federal, as secretarias Nacionais de Segurança Pública (Senasp) e de Políticas sobre Drogas (Senad) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Do total do orçamento previsto, R\$ 6 milhões serão financiados pela Senasp ao longo de quatro anos (R\$1,5 milhão/ano), R\$ 2,1 milhões pela Polícia Federal e outros R\$ 2 milhões pela **Capes**.

Como vai funcionar

A partir da publicação de edital, que sairá nas próximas semanas, coordenadores de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado de programas já existentes na **Capes** poderão inscrever projetos para defesa de teses científicas.

A seleção do tipo de conhecimento a ser estudado e do pesquisador será feita por consultores da **Capes**. A autarquia fará também, em conjunto com a Polícia Federal, a avaliação dos resultados dos estudos. Cada projeto poderá permanecer em pesquisa por até cinco anos. A iniciativa é voltada para universidades públicas, federais e estaduais, e instituições privadas.

Para a produção das teses, a **Capes** disponibilizará uma plataforma pela internet, chamada Portal de Periódicos, uma espécie de biblioteca virtual. O ambiente conta com o melhor da produção científica internacional. Atualmente, o acervo possui mais de 45 mil materiais.

Já a Polícia Federal permitirá que os pesquisadores tenham acesso, por exemplo, a dados estatísticos do órgão e a laboratórios físicos já utilizados durante as atividades policiais.

Procad

A **Capes** já executa outros dois programas de cooperação acadêmica: Amazônia Legal e Defesa. No primeiro, estão sendo investidos R\$ 7 milhões em bolsas e custeio para cerca de 80 projetos que têm como foco a ampliação e consolidação das redes de pesquisa na Amazônia Legal, região que abrange 59% do território brasileiro e onde está uma das maiores biodiversidades do mundo.

O outro programa tem um investimento previsto para este ano de R\$ 13,5 milhões. Ele financia a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos

voltados à formação de recursos humanos e à produção de pesquisas científicas e tecnológicas qualificados na área da Defesa.

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Ministro da Educação apaga publicação com erro de português Mais imprecionante

Abraham Weintraub cometeu um erro ao responder o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) na rede social e dizer que um fato era "imprecionante". A grafia correta é impressionante

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante o lançamento do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante o lançamento do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses - Marcelo Camargo/Agência Brasil

Rio - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, cometeu um erro de português em uma publicação em sua conta no Twitter nesta quarta-feira. Ao responder o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) na rede social disse que um fato era "imprecionante". A grafia correta é impressionante.

Várias pessoas chamaram sua atenção para o erro e a publicação foi apagada.

Weintraub estava agradecendo à mensagem de Eduardo Bolsonaro. O filho do presidente da República publicou a seguinte mensagem: "Ministros @AbrahamWeint e @SF_Moro nunca tivemos no Brasil uma pesquisa feita por órgão oficial sobre o uso defensivo de armas de fogo. Só existiu uso ofensivo para exatamente demonizá-las. Seria interessante apoiar um projeto assim, caso haja oportunidade".

O chefe do MEC respondeu: "Caro @BolsonaroSP, agradeço seu apoio. Mais imprecionante: Não havia a área de pesquisa em Segurança Pública. Agora, pesquisadores em mestrados, doutorados e pós doutorados (grafia correta seria pós-doutorados) poderão receber bolsas para pesquisar temas, como o mencionado por ti, que gerem redução da criminalidade."

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apagou a publicação - Reprodução
O diálogo foi sobre o anúncio de que o Governo Federal vai oferecer R\$ 10,1 milhões em bolsas de estudos para combater crimes no país. O programa foi apresentado nesta quarta-feira (8) pelos ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, em Brasília.

O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses será desenvolvido com bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes).

Weintraub já cometeu outros erros ortográficos publicamente. Já escreveu "paralização" e "suspensão". As palavras corretas são paralisação e suspensão.

topo ↕

O PROGRESSO - MA - TEMPO REAL

MEC e Ministério da Justiça estimulam pesquisas científicas para enfrentamento de crimes

Com investimento de R\$ 10,1 milhões, programa conjunto vai focar em estudos direcionados, por exemplo, a ciências forenses a partir de pesquisas em mestrado, doutorado e pós-graduação

Avaliar e encontrar soluções tecnológicas para melhorar a segurança pública no Brasil. É para isso que os ministérios da Educação e da Justiça e Segurança Pública lançam nesta quarta-feira, 8 de janeiro, o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) em Segurança Pública e Ciências Forenses. Serão investidos R\$ 10,1 milhões para estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado na área.

As pesquisas científicas irão auxiliar as forças de segurança principalmente no enfrentamento ao crime no país. Os estudos poderão traçar a origem de drogas e mapear redes de tráfico, identificar com precisão a autoria de crimes, por meio de exames de DNA em objetos, pessoas, corpos carbonizados e vítimas de violência sexual, além de ajudar no mapeamento de lavagem de dinheiro por meio de inteligência artificial e combater crimes de corrupção, pedofilia e invasão de privacidade com o uso do rastreamento.

Um dos projetos, por exemplo, pretende desenvolver tecnologias para serem usadas em blitz de trânsito, identificando se o motorista está sob efeito de drogas ilícitas. Também haverá estudos focados em crimes ambientais, em medicina legal e respostas a desastres.

O trabalho vai envolver, além dos dois ministérios, a Polícia Federal, as secretarias Nacionais de Segurança Pública (Senasp) e de Políticas sobre Drogas (Senad) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Do total do orçamento previsto, R\$ 6 milhões serão financiados pela Senasp ao longo de quatro anos (R\$1,5 milhão/ano), R\$ 2,1 milhões pela Polícia Federal e outros R\$ 2 milhões pela **Capes**.

Como vai funcionar - A partir da publicação de edital, que sairá nas próximas semanas, coordenadores de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado de programas já existentes na **Capes** poderão inscrever projetos para defesa de teses científicas.

A seleção do tipo de conhecimento a ser estudado e do pesquisador será feita por consultores da **Capes**. A autarquia fará também, em conjunto com a Polícia Federal, a avaliação dos resultados dos estudos. Cada projeto poderá permanecer em pesquisa por até cinco anos. A iniciativa é voltada para universidades públicas, federais e estaduais, e instituições privadas.

Para a produção das teses, a **Capes** disponibilizará uma plataforma pela internet, chamada Portal de Periódicos, uma espécie de biblioteca virtual. O ambiente conta com o melhor da produção científica internacional. Atualmente, o acervo possui mais de 45 mil materiais.

Já a Polícia Federal permitirá que os pesquisadores tenham acesso, por exemplo, a dados estatísticos do órgão e a laboratórios físicos já utilizados durante as atividades policiais.

Procad - A **Capes** já executa outros dois programas de cooperação acadêmica: Amazônia Legal e Defesa. No primeiro, estão sendo investidos R\$ 7 milhões em bolsas e custeio para cerca de 80 projetos que têm como foco a ampliação e consolidação das redes de pesquisa na Amazônia Legal, região que abrange 59% do território brasileiro e onde está uma das maiores biodiversidades do mundo.

O outro programa tem um investimento previsto para este ano de R\$ 13,5 milhões. Ele financia a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos voltados à formação de recursos humanos e à produção de pesquisas científicas e tecnológicas qualificados na área da Defesa. (Assessoria de Comunicação Social)

